

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	88
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	89
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	90
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.067.937
Preferenciais	29.787.362
Total	77.855.299
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	11.738.497	11.237.851
1.01	Ativo Circulante	3.559.605	3.307.978
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	153.556	204.316
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	153.556	204.316
1.01.02	Aplicações Financeiras	82.487	80.648
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	82.487	80.648
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	82.487	80.648
1.01.03	Contas a Receber	1.706.896	1.606.490
1.01.03.01	Clientes	1.706.896	1.606.490
1.01.03.01.01	Consumidores e outras contas a receber	2.357.515	2.220.336
1.01.03.01.02	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-650.619	-613.846
1.01.06	Tributos a Recuperar	646.038	712.676
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	646.038	712.676
1.01.06.01.01	Impostos de renda e contribuição social compensáveis	50.536	136.426
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	595.502	576.250
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	970.628	703.848
1.01.08.03	Outros	970.628	703.848
1.01.08.03.01	Serviço em Curso	65.516	61.206
1.01.08.03.03	Outros créditos	147.902	172.038
1.01.08.03.04	Subvenção CDE - desconto tarifário	48.756	78.011
1.01.08.03.05	Ativo financeiro Setorial	708.454	392.593
1.02	Ativo Não Circulante	8.178.892	7.929.873
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.121.738	5.880.077
1.02.01.04	Contas a Receber	123.390	115.421
1.02.01.04.01	Consumidores e outras contas a receber	123.390	115.421
1.02.01.07	Tributos Diferidos	105.318	52.077
1.02.01.07.01	Tributos diferidos	105.318	52.077
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	5.893.030	5.712.579
1.02.01.10.03	Depósitos vinculados a litígios	50.720	48.798
1.02.01.10.04	Cauções e depósitos	28.841	31.101
1.02.01.10.05	Benefício fiscal	19.960	21.042
1.02.01.10.06	Ativo indenizável (concessão)	4.087.035	3.912.580
1.02.01.10.08	Outros tributos compensáveis	607.583	654.499
1.02.01.10.09	Instrumentos financeiros derivativos - swap	0	43.594
1.02.01.10.10	Ativos financeiros setoriais	0	126.078
1.02.01.10.11	Ativos contratuais	1.098.891	874.887
1.02.03	Imobilizado	34.466	80.146
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	25.281	80.146
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	9.179	80.146
1.02.03.01.02	Ativo de direito de uso	16.102	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	9.185	0
1.02.04	Intangível	2.022.688	1.969.650
1.02.04.01	Intangíveis	2.022.688	1.969.650
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.897.891	1.835.952
1.02.04.01.02	Software	124.690	133.686

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1.02.04.01.03	Ativos contratuais	107	12

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	11.738.497	11.237.851
2.01	Passivo Circulante	4.137.945	3.459.488
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	51.841	48.028
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	51.841	48.028
2.01.01.02.01	Salários, provisões e encargos sociais	51.841	48.028
2.01.02	Fornecedores	1.162.391	1.410.469
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.162.391	1.410.469
2.01.02.01.01	Fornecedores nacionais	829.504	1.070.011
2.01.02.01.02	Fornecedores Estrangeiros	16.736	29.296
2.01.02.01.03	Partes relacionadas	316.151	311.162
2.01.03	Obrigações Fiscais	255.082	249.492
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	31.755	47.261
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	16.284
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	31.755	30.977
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	217.824	197.207
2.01.03.02.01	Obrigações Fiscais Estaduais	217.824	197.207
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	5.503	5.024
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	5.503	5.024
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.574.547	791.961
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.208.572	420.631
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	833.954	282.726
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	374.618	137.905
2.01.04.02	Debêntures	365.975	371.330
2.01.04.02.01	Debêntures	365.975	371.330
2.01.05	Outras Obrigações	1.093.789	959.243
2.01.05.02	Outros	1.093.789	959.243
2.01.05.02.04	Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	465.103	473.748
2.01.05.02.06	Dividendos a pagar	171.729	171.729
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros derivativos - swap	57.991	28.935
2.01.05.02.09	Benefícios pós-emprego	1.338	1.338
2.01.05.02.10	Outras obrigações	210.282	170.922
2.01.05.02.11	Encargos setoriais	173.059	98.371
2.01.05.02.12	Obrigações por arrendamentos	14.287	14.200
2.01.06	Provisões	295	295
2.01.06.02	Outras Provisões	295	295
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias	295	295
2.02	Passivo Não Circulante	4.017.143	4.291.558
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.492.091	2.929.707
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.563.395	1.847.084
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	749.366	762.506
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	814.029	1.084.578
2.02.01.02	Debêntures	928.696	1.082.623
2.02.01.02.01	Debêntures	928.696	1.082.623
2.02.02	Outras Obrigações	1.287.760	1.116.804
2.02.02.02	Outros	1.287.760	1.116.804
2.02.02.02.04	Outras obrigações fiscais	3.103	1.169

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.02.02.02.05	Benefícios pós-emprego	87.949	87.977
2.02.02.02.06	Encargos setoriais	8.482	8.036
2.02.02.02.08	Outras obrigações	5.980	8.022
2.02.02.02.09	Instrumentos financeiros derivativos - swap	121.484	7.359
2.02.02.02.10	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	1.013.550	997.855
2.02.02.02.11	Obrigações por arrendamentos	3.086	6.386
2.02.02.02.12	Passivo financeiro setorial	44.126	0
2.02.04	Provisões	237.292	245.047
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	237.292	245.047
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	936	10
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	35.496	35.387
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	134.895	136.829
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	62.273	69.129
2.02.04.01.06	Provisões regulatórias	3.692	3.692
2.03	Patrimônio Líquido	3.583.409	3.486.805
2.03.01	Capital Social Realizado	914.346	914.346
2.03.01.01	Capital Social Realizado	914.346	914.346
2.03.02	Reservas de Capital	358.671	358.671
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	221.188	221.188
2.03.02.07	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital	31.160	31.160
2.03.02.08	Incentivo fiscal - Adene	106.323	106.323
2.03.04	Reservas de Lucros	2.220.037	2.220.037
2.03.04.01	Reserva Legal	48.845	48.845
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	968.580	968.580
2.03.04.10	Reserva de reforço de capital de giro	1.202.612	1.202.612
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	111.141	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-20.786	-6.249
2.03.08.01	Outros Resultados Abrangentes	-20.786	-6.249

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.032.835	1.536.915
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.700.570	-1.378.890
3.03	Resultado Bruto	332.265	158.025
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-60.711	-44.068
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.903	-3.200
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-40.001	-43.121
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-55.476	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	36.669	3.005
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-752
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	271.554	113.957
3.06	Resultado Financeiro	-118.694	9.185
3.06.01	Receitas Financeiras	238.970	268.488
3.06.02	Despesas Financeiras	-357.664	-259.303
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	152.860	123.142
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-41.719	-36.226
3.08.01	Corrente	-87.472	-30.044
3.08.02	Diferido	45.753	-6.182
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	111.141	86.916
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	111.141	86.916
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,42753	1,11638
3.99.01.02	PNA	1,51318	1,18336
3.99.01.03	PNB	1,57029	1,22802
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,42753	1,11638
3.99.02.02	PNA	1,51318	1,18336
3.99.02.03	PNB	1,57029	1,22802

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	111.141	86.916
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-14.537	-9.812
4.02.03	Ganho(perda) com instrumentos financeiros	-22.026	-14.866
4.02.04	Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumentos financeiros	7.489	5.054
4.03	Resultado Abrangente do Período	96.604	77.104

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-305.728	-152.515
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	83.115	198.183
6.01.01.01	Lucro líquido do período	111.141	86.916
6.01.01.03	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	50.913	3.158
6.01.01.04	Depreciação e amortização	89.131	92.548
6.01.01.05	Juros e variações monetárias	-270.498	153.742
6.01.01.07	Tributos e contribuições social diferidos	-44.671	7.364
6.01.01.08	Provisão para processos judiciais e outros riscos	-209	817
6.01.01.10	Obrigações com benefícios pós-emprego	2.048	2.163
6.01.01.12	Ativos e passivos financeiros setoriais	7.563	-3.092
6.01.01.13	Marcação a mercado de ativo indenizável	-83.119	-63.851
6.01.01.16	Perda de recebíveis de clientes	4.563	0
6.01.01.17	Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	216.253	-81.582
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-33.487	-232.499
6.01.02.01	Consumidores	-163.851	-61.902
6.01.02.02	Ativos financeiros setoriais	-197.346	3.092
6.01.02.03	Subvenção CDE - Desconto tarifário	29.255	-45.385
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social	85.890	-17.999
6.01.02.05	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	7.050	3.569
6.01.02.06	Passivos financeiros setoriais	44.126	-81.852
6.01.02.07	Outros tributos compensáveis	27.664	67.844
6.01.02.08	Depósitos vinculados a litígios	-1.922	-942
6.01.02.09	Outros créditos	19.827	-149.423
6.01.02.10	Fornecedores	-248.078	11.776
6.01.02.11	Salários, provisões e encargos sociais	3.813	296
6.01.02.13	Encargos setoriais	74.231	3.791
6.01.02.18	Outras obrigações	37.318	18.101
6.01.02.19	Imposto de renda e contribuição social	223.942	31.973
6.01.02.20	Outras obrigações fiscais	24.594	-15.438
6.01.03	Outros	-355.356	-118.199
6.01.03.01	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-240.226	-103.083
6.01.03.02	Pagamento de juros de empréstimos	-71.110	-23.951
6.01.03.03	Pagamento de processos judiciais e outros riscos	-12.763	10.817
6.01.03.04	Recebimento de juros de instrumento derivativo	-28.688	239
6.01.03.05	Pagamento de juros de arrendamento	-493	-54
6.01.03.06	Pagamento com benefícios pós-emprego	-2.076	-2.167
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-411.352	-194.584
6.02.01	Adições para ativo contratual e imobilizado	-411.773	-207.906
6.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	-1.839	-1.404
6.02.04	Cauções e depósitos	2.260	14.726
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	666.320	488.100
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	955.843	900.000
6.03.02	Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	-263.123	-455.889
6.03.03	Pagamento de arrendamento financeiro (principal)	-3.198	-457
6.03.04	Parcelamento especial	-386	-385

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.03.05	Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)	-22.816	84.831
6.03.06	Pagamento de dividendos	0	-40.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-50.760	141.001
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	204.316	166.015
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	153.556	307.016

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	914.346	358.671	2.220.037	0	-6.249	3.486.805
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	914.346	358.671	2.220.037	0	-6.249	3.486.805
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	111.141	-14.537	96.604
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	111.141	0	111.141
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-14.537	-14.537
5.07	Saldos Finais	914.346	358.671	2.220.037	111.141	-20.786	3.583.409

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	892.246	358.671	1.981.033	0	-1.402	3.230.548
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	892.246	358.671	1.981.033	0	-1.402	3.230.548
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	86.916	-9.812	77.104
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	86.916	0	86.916
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-9.812	-9.812
5.05.02.06	Perda em instrumentos financeiros derivativos - swap	0	0	0	0	-14.866	-14.866
5.05.02.07	Tributos diferidos s/perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	0	0	0	0	5.054	5.054
5.07	Saldos Finais	892.246	358.671	1.981.033	86.916	-11.214	3.307.652

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	3.244.563	2.211.111
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.854.543	1.990.368
7.01.02	Outras Receitas	36.749	3.005
7.01.02.02	Outras receitas	36.749	3.005
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	404.184	207.804
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-50.913	9.934
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.735.408	-1.367.098
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.693.928	-1.339.895
7.02.04	Outros	-41.480	-27.203
7.02.04.02	Outras despesas operacionais	-41.480	-27.203
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.509.155	844.013
7.04	Retenções	-89.131	-92.548
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-89.131	-92.548
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.420.024	751.465
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	238.970	268.488
7.06.02	Receitas Financeiras	238.970	268.488
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.658.994	1.019.953
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.658.994	1.019.953
7.08.01	Pessoal	52.075	62.219
7.08.01.01	Remuneração Direta	33.949	45.025
7.08.01.02	Benefícios	7.374	6.258
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.669	1.753
7.08.01.04	Outros	9.083	9.183
7.08.01.04.01	Outros Encargos Sociais	2.481	2.386
7.08.01.04.02	Previdência Complementar	1.938	2.117
7.08.01.04.03	Participação nos Resultados	4.664	4.680
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.131.888	610.171
7.08.02.01	Federais	580.881	180.240
7.08.02.02	Estaduais	548.039	426.056
7.08.02.03	Municipais	2.968	3.875
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	363.890	260.647
7.08.03.01	Juros	42.948	107.812
7.08.03.02	Aluguéis	6.226	1.344
7.08.03.03	Outras	314.716	151.491
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	111.141	86.916
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	111.141	86.916

Comentário do Desempenho

Comentários de Desempenho

Earnings Release 1T22

Enel Distribuição Ceará

Companhia Energética do Ceará

29 de abril de 2022

Relações com Investidores

<https://www.enel.com.br/pt-ceara/investidores.html> | brasil.investorrelations@enel.com



Comentário do Desempenho

Fortaleza, 29 de abril de 2022 – A Companhia Energética do Ceará (“Enel Distribuição Ceará” ou “Companhia”) [BOV: COCE3 (ON); COCE5 (PNA); COCE6 (PNB)], distribuidora de energia elétrica que atende 184 municípios cearenses (9,2 milhões de habitantes) divulga seus resultados do primeiro trimestre de 2022 (1T22). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a legislação brasileira aplicável e vigente.

DESTAQUES

DESTAQUES DO PERÍODO

	1T22	1T21	Var. %	4T21	Var. % (1)
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)	3.107	3.082	0,8%	3.380	-8,1%
Receita Bruta (R\$ mil)	3.258.727	2.291.153	42,2%	4.251.278	-23,3%
Receita Líquida (R\$ mil)	2.032.835	1.600.766	27,0%	2.535.849	-19,8%
EBITDA (2) (R\$ mil)	354.067	264.267	34,0%	594.123	-40,4%
Margem EBITDA (%)	17,42%	16,51%	0,91 p.p	23,43%	-6,01 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção	21,74%	18,97%	2,77 p.p	27,71%	-5,97 p.p
EBIT (3) (R\$ mil)	271.554	177.807	52,7%	516.120	-47,4%
Margem EBIT (%)	13,36%	11,11%	2,25 p.p	20,35%	-6,99 p.p
Lucro Líquido (R\$ mil)	111.141	86.915	27,9%	129.305	-14,0%
Margem Líquida	5,47%	5,43%	0,04 p.p	5,10%	0,37 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	6,82%	6,24%	0,58 p.p	6,03%	0,79 p.p
CAPEX (R\$ mil)	354.856	196.669	80,4%	399.229	-11,1%
DEC (12 meses)*	11,06	15,41	-28,2%	12,02	-8,0%
FEC (12 meses)*	4,64	5,93	-21,8%	5,12	-9,4%
Índice de Arrecadação (12 meses)	97,74%	99,34%	-1,60 p.p	98,75%	-1,01 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	16,42%	16,47%	-0,05 p.p	16,32%	0,10 p.p
Nº de Consumidores Totais	4.508.106	4.291.246	5,1%	4.403.603	2,4%
Nº de Colaboradores (Próprios)	1.109	1.126	-1,5%	1.111	-0,2%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	270	300	-10,0%	292	-7,5%
PMSO (4)/Consumidor	62,36	49,08	27,1%	66,40	-6,1%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	392	418	-6,2%	381	2,9%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	11.509	10.260	12,2%	11.563	-0,5%

(1) Variação entre 1T22 e 4T21

(2) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização, (3) EBIT: resultado do serviço e (4) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

A Companhia é responsável pela distribuição de energia elétrica em todo o Estado do Ceará, em uma área de 149 mil quilômetros quadrados, que compreende um total de 184 municípios. A base comercial da Companhia abrange aproximadamente 4,5 milhões de unidades consumidoras, e envolve uma população de cerca de 9,2 milhões de habitantes.

DADOS GERAIS*

	1T22	1T21	Var. %
Área de Concessão (km ²)	148.921	148.921	-
Municípios (Qte.)	184	184	-
Habitantes (Qte.) (1)	9.240.580	9.187.103	0,6%
Consumidores (Unid.)	4.508.106	4.291.246	5,1%
Linhas de Distribuição (Km)	148.895	150.692	-1,2%
Linhas de Transmissão (Km)	5.452	5.425	0,5%
Subestações (Unid.)	121	118	2,5%
Volume de Energia 12 meses (GWh)	12.955	11.870	9,1%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (2)	5,18%	4,93%	0,25 p.p
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (3)	2,59%	2,49%	0,10 p.p

(1) Estimativa do número de Habitantes de Ceará de acordo com a projeção da população divulgada anualmente pelo IBGE

(2) Estimativa do número de consumidores Brasil de acordo com a ABRADEE

(3) Estimativa do volume de energia Brasil de acordo com a EPE



* Dados prévios referente ao 1T22



Comentário do Desempenho

Mercado Bursátil

As ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão. As cotações de fechamento do período são apresentadas a seguir.

COTAÇÃO DE FECHAMENTO (R\$/AÇÃO)*

	1T22	1T21	Var. %	4T21	Var. % (1)
Ordinárias - ON (COCE3)	58,74	51,24	14,6%	58,92	-0,3%
Preferenciais A - PNA (COCE5)	53,55	55,79	-4,0%	58,09	-7,8%

(1) Variação entre 1T22 e 4T21

variação sem ajuste por proventos

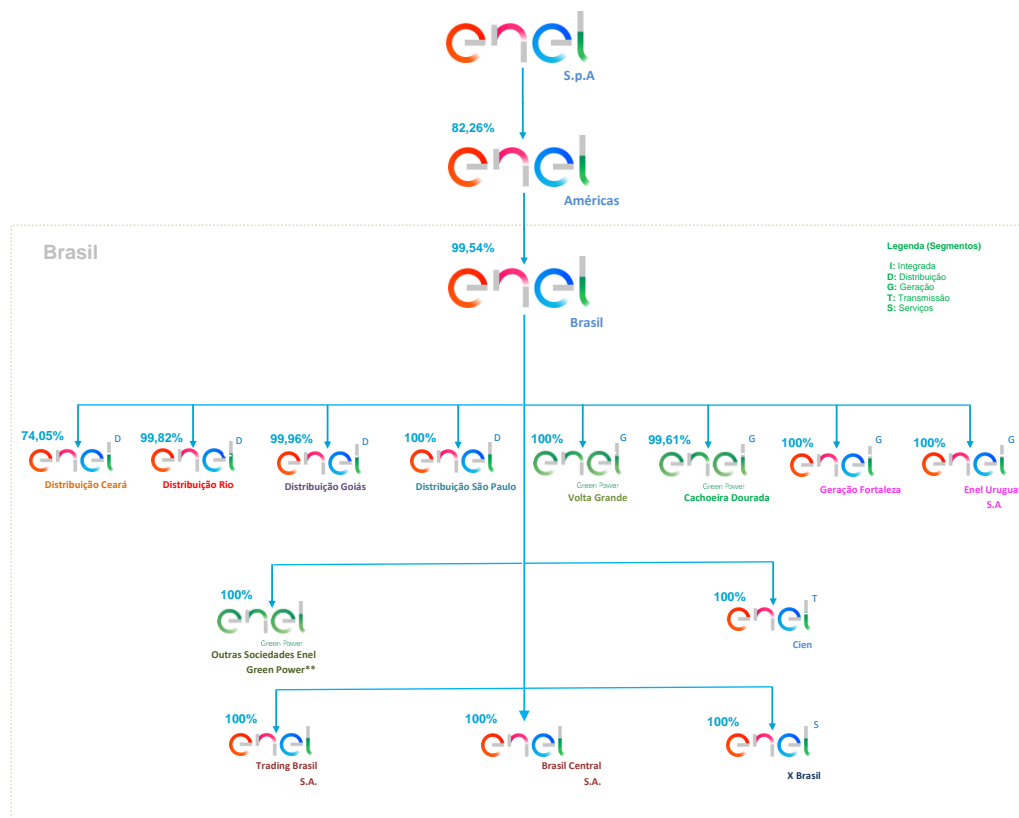
Estrutura de Controle e Organograma Societário Simplificado

A Enel Distribuição Ceará é uma sociedade anônima de capital aberto, que tem a seguinte estrutura de controle:

ESTRUTURA DE CONTROLE (EM 31/03/2022)

	ON (1)	%	PNA	PNB	PN	%	TOTAL	%
Controladores	47.064.245	97,91%	10.588.006	424	10.588.430	35,55%	57.652.675	74,05%
Enel Brasil	47.064.245	97,91%	10.588.006	424	10.588.430	35,55%	57.652.675	74,05%
Não Controladores	1.003.692	2,09%	17.664.694	1.534.238	19.198.932	64,45%	20.202.624	25,95%
Eletrobras	-	-	3.967.756	1.531.141	5.498.897	18,46%	5.498.897	7,06%
Outros	1.003.692	2,09%	13.696.938	3.097	13.700.035	45,99%	14.703.727	18,89%
Totais	48.067.937	100,0%	28.252.700	1.534.662	29.787.362	100,0%	77.855.299	100,0%

Posição em 31 de março de 2022



**Contempla as empresas e SPEs da Enel Green Power incorporada em 04/11/2021



Comentário do Desempenho

3 DESEMPENHO OPERACIONAL

Mercado de Energia

Unidades Consumidoras

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)*

	1T22	1T21	Var. %	4T21	Var. % (1)
Mercado Cativo	4.130.548	4.051.054	2,0%	4.104.441	0,6%
Residencial - Convencional	2.421.280	2.415.775	0,2%	2.583.721	-6,3%
Residencial - Baixa Renda	909.499	798.897	13,8%	711.050	27,9%
Industrial	5.898	6.086	-3,1%	5.963	-1,1%
Comercial	181.018	181.200	-0,1%	181.583	-0,3%
Rural	561.507	597.280	-6,0%	570.546	-1,6%
Setor Público	51.346	51.816	-0,9%	51.578	-0,4%
Clientes Livres	596	509	17,1%	590	1,0%
Industrial	177	156	13,5%	182	-2,7%
Comercial	405	341	18,8%	394	2,8%
Rural	10	10	-	10	-
Setor Público	4	2	100,0%	4	-
Revenda	2	2	-	2	-
Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados	4.131.146	4.051.565	2,0%	4.105.033	0,6%
Consumo Próprio	318	319	-0,3%	315	1,0%
Consumidores Ativos Não Faturados	376.642	239.362	57,4%	298.255	26,3%
Total - Número de Consumidores	4.508.106	4.291.246	5,1%	4.403.603	2,4%

(1) Variação entre 1T22 e 4T21

A Companhia encerrou 1T22 com um incremento de 2,0% em relação à quantidade de consumidores efetivos faturados registrado no 1T21. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado nas classes residencial Baixa Renda e Convencional. O aumento na classe Baixa Renda é reflexo da migração de clientes do Residencial Convencional devido a implementação da resolução normativa 953/2021 da Aneel, que passou a vigorar em 2022, e tornou obrigatório a atualização cadastral e o enquadramento automático de clientes aptos a adesão em tal categoria.

O mercado livre, que segue em tendência de crescimento, apresentou um aumento de 17,1% em relação ao total de consumidores efetivos faturados no mesmo período do ano anterior.

No 1T22, os investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 198,5 milhões.

Venda de Energia na Área de Concessão

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	1T22	1T21	Var. %	4T21	Var. % (1)
Mercado Cativo	2.457	2.458	0,0%	2.670	-8,0%
Clientes Livres	644	618	4,2%	703	-8,4%
Revenda	3	3	-	3	-
Total - Venda e Transporte de Energia	3.104	3.079	0,8%	3.377	-8,1%

(1) Variação entre 1T22 e 4T21

Mercado Cativo

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	1T22	1T21	Var. %	4T21	Var. % (1)
Residencial - Convencional	999	1.028	-2,8%	1.088	-8,2%
Residencial - Baixa Renda	259	251	3,2%	253	2,4%
Industrial	125	129	-3,1%	142	-12,0%
Comercial	390	380	2,6%	417	-6,5%
Rural	293	318	-7,9%	348	-15,8%
Setor Público	391	352	11,1%	422	-7,3%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	2.457	2.458	0,0%	2.670	-8,0%

(1) Variação entre 1T22 e 4T21



Comentário do Desempenho

O mercado cativo no 1T22 manteve o mesmo patamar de consumo em relação ao 1T21, apresentando um aumento de 3,2% e 2,6% nos segmentos Residencial Baixa Renda e Comercial, respectivamente, compensado principalmente, pela redução de 7,9%, 3,1% e 2,8% nos segmentos Rural, Industrial e Residencial Convencional, respectivamente.

VENDA DE ENERGIA PER CAPITA NO MERCADO CATIVO (KWH/CONS.)*

	1T22	1T21	Var. %	4T21	Var. % (1)
Residencial - Convencional	413	426	-3,1%	421	-1,9%
Residencial - Baixa Renda	285	314	-9,2%	356	-19,9%
Industrial	21.205	21.184	0,1%	23.756	-10,7%
Comercial	2.153	2.098	2,6%	2.296	-6,2%
Rural	522	532	-1,9%	610	-14,4%
Setor Público	7.612	6.801	11,9%	8.181	-7,0%
Total - Venda per Capita no Mercado Cativo	595	607	-2,0%	651	-8,6%

(1) Variação entre 1T22 e 4T21

Clientes Livres

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)*

	1T22	1T21	Var. %	4T21	Var. % (1)
Industrial	428	428	-	487	-12,1%
Comercial	185	163	13,5%	186	-0,5%
Rural	5	5	-	5	-
Setor Público	26	22	18,2%	25	4,0%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*	644	618	4,2%	703	-8,4%

(1) Variação entre 1T22 e 4T21

TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA PARA OS CLIENTES LIVRES (KWH/CONS.)*

	1T22	1T21	Var. %	4T21	Var. % (1)
Industrial	2.417	2.744	-11,9%	2.675	-9,6%
Comercial	457	478	-4,4%	473	-3,4%
Rural	461	480	-4,0%	488	-5,5%
Setor Público	6.491	10.950	-40,7%	6.350	2,2%
Média - Transporte per capita p/ Clientes Livres*	1.080	1.214	-11,0%	1.192	-9,4%

(1) Variação entre 1T22 e 4T21

O aumento de 4,2% no transporte de energia aos clientes livres no 1T22 em relação ao 1T21 é atribuído, principalmente, a retomada do crescimento econômico e conseqüentemente ao padrão de consumo dos clientes livres da Companhia mediante a redução do padrão médio de consumo dos clientes livres comerciais verificado no início do ano de 2021, resultado dos efeitos da pandemia do Covid-19 e da contração da atividade econômica.

A migração de clientes cativos dos setores comercial e industrial para o segmento livre também contribuiu para o aumento do consumo de energia no mercado livre no trimestre.

Compra de Energia

COMPRA DE ENERGIA (GWH)*

	1T22	1T21	Var. %	4T21	Var. % (1)
Itaipu	663	663	-	678	-2,2%
Angra 1 e 2	101	100	1,0%	102	-1,0%
PROINFA	53	51	3,9%	66	-19,7%
Leilões e Quotas	2.346	2.333	0,6%	2.537	-7,5%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	3.162	3.147	0,5%	3.383	-6,5%
Liquidação na CCEE	(81)	(36)	>100,0%	62	<-100,0%
Total - Compra de Energia	3.081	3.111	-1,0%	3.445	-10,6%

(1) Variação entre 1T22 e 4T21



Comentário do Desempenho

Balanco de Energia

BALANÇO DE ENERGIA*

	1T22	1T21	Var. %	4T21	Var. % (1)
Energia requerida (GWh)	3.735	3.701	0,9%	4.164	-10,3%
Energia distribuída (GWh)	3.107	3.082	0,8%	3.380	-8,1%
Residencial - Convencional	999	1.028	-2,8%	1.088	-8,2%
Residencial - Baixa Renda	259	251	3,2%	253	2,4%
Industrial	125	129	-3,1%	142	-12,0%
Comercial	390	380	2,6%	417	-6,5%
Rural	293	318	-7,9%	348	-15,8%
Setor Público	391	352	11,1%	422	-7,3%
Clientes Livres	644	618	4,2%	703	-8,4%
Revenda	3	3	-	3	-
Consumo Próprio	3	3	-	3	-
Perdas na Distribuição - Sistema Coelce (GWh)	628	619	1,5%	784	-19,9%
Perdas na Distribuição - Sistema Coelce (%)	16,82%	16,73%	0,09 p.p	18,83%	-2,01 p.p

(1) Variação entre 1T22 e 4T21

Indicadores Operacionais

INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE*

	1T22	1T21	Var. %	4T21	Var. % (1)
DEC 12 meses (horas)*	11,06	15,41	-28,2%	12,02	-8,0%
FEC 12 meses (vezes)*	4,64	5,93	-21,8%	5,12	-9,4%
Perdas de Energia 12 meses (%)*	16,42%	16,47%	-0,05 p.p	16,32%	0,10 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	97,74%	99,34%	-1,60 p.p	98,75%	-1,01 p.p
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	270	300	-10,1%	292	-7,5%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	392	418	-6,3%	381	2,9%
PMSO (2)/Consumidor	62,36	49,08	27,1%	66,40	-6,1%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	11.509	10.260	12,2%	11.563	-0,5%

(1) Variação entre 1T22 e 4T21

(2) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Qualidade do Fornecimento



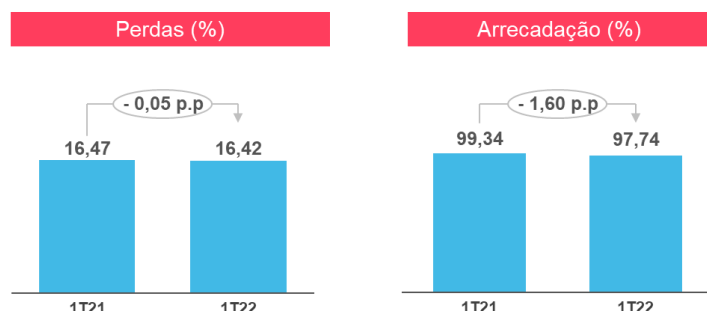
Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. O DEC apresentou uma queda de 28,2% em relação ao registrado no mesmo período do ano anterior. O FEC apresentou uma redução de 21,8%. As

melhorias observadas nos indicadores de qualidade no trimestre são resultantes de um plano de ação estabelecido em conjunto com o regulador no final de 2020 que tem como objetivo diminuir as incidências nas redes de média e baixa tensão.

Além do plano de melhoria, durante o 1T22, a Companhia também investiu R\$ 64,3 milhões em adequação à carga, qualidade e confiabilidade do sistema o que também refletiu no bom desempenho dos índices de qualidade durante o trimestre.

Comentário do Desempenho

Disciplina de Mercado¹



As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram o valor de 16,42% em 1T22, uma queda de 0,05 p.p. em relação às perdas registradas em 1T21, de 16,47%. Desde 2020, o nível de perdas tem sido impactado pela pandemia do Covid-19 e a crise hídrica, onde observa-se deterioração das condições econômicas para o consumidor e aumento na

identificação de irregularidades.

O plano de combate as perdas de energia da Enel Distribuição Ceará mantém suas ações com foco na prevenção e recuperação da receita, principalmente com projetos na recuperação de clientes cortados e irregulares, operações envolvendo dados de leitura e medição de clientes, mapeamento e conexão consumidores clandestinos.

Em relação ao indicador de arrecadação, a redução de 1,60 pontos percentuais reflete uma pequena piora de arrecadação com cobranças administrativas. Além disso, a Companhia tem atuado no sentido de mitigar os impactos da Resolução Normativa 878/20 da ANEEL, que havia suspenso temporariamente os cortes de energia, medida mais efetiva no combate a inadimplência, para a classe residencial e atividades consideradas essenciais. Para tal, foram realizadas ações de comunicação junto aos clientes, bem como a disponibilização de canais digitais de pagamento, parcelamento de faturas e canal de negociação online para equacionar valores em aberto.

¹ No 4T21 foi adotado uma nova metodologia para o cálculo de perdas, o qual reflete as perdas regulatórias calculadas pela Aneel. Os dados utilizados para o cálculo são extraídos diretamente do relatório SAMP (Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica /SIASE (Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico).

* Dados prévios referente ao 1T22.



Comentário do Desempenho

4 DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

Resultado

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL) E MARGENS (%)

	1T22	1T21	Var. %	4T21	Var. % (1)
Receita Operacional Bruta	3.258.727	2.291.153	42,2%	4.251.278	-23,3%
Deduções à Receita Operacional	(1.225.892)	(690.387)	77,6%	(1.715.429)	-28,5%
Receita Operacional Líquida	2.032.835	1.600.766	27,0%	2.535.849	-19,8%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(1.761.281)	(1.422.959)	23,8%	(2.019.729)	-12,8%
EBITDA (2)*	354.067	264.267	34,0%	594.123	-40,4%
Margem EBITDA*	17,42%	16,51%	0,91 p.p	23,43%	-6,01 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção*	21,74%	18,97%	2,77 p.p	27,71%	-5,97 p.p
EBIT (3)*	271.554	177.807	52,7%	516.120	-47,4%
Margem EBIT*	13,36%	11,11%	2,25 p.p	20,35%	-6,99 p.p
Resultado Financeiro	(118.694)	(54.666)	>100,0%	(347.663)	-65,9%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	(41.719)	(36.226)	15,2%	(39.152)	6,6%
Lucro Líquido	111.141	86.915	27,9%	129.305	-14,0%
Margem Líquida	5,47%	5,43%	0,04 p.p	5,10%	0,37 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	6,82%	6,24%	0,58 p.p	6,03%	0,79 p.p
Lucro (Prejuízo) por Ação (R\$/ação)	1,43	1,12	27,9%	1,66	-14,0%

(1) Variação entre 1T22 e 4T21

(2) EBITDA: Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização, (3) EBIT: Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Receita Operacional Bruta

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	1T22	1T21	Var. %	4T21	Var. % (1)
Fornecimento de Energia Elétrica	2.130.266	1.686.042	26,3%	2.748.388	-22,5%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	(10.915)	(8.277)	31,9%	(7.318)	49,2%
Subvenção baixa renda	52.438	51.921	1,0%	49.503	5,9%
Subvenção de recursos da CDE	61.686	67.107	-8,1%	70.938	-13,0%
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	2.233.475	1.796.793	24,3%	2.861.511	-21,9%
Ativos e passivos financeiros setoriais	381.860	102.427	>100,0%	495.082	-22,9%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres - revenda	100.015	76.980	29,9%	102.939	-2,8%
Receita de construção	404.184	207.804	94,5%	391.976	3,1%
Venda de Energia Excedente - MVE	14.850	14.703	1,0%	30.121	-50,7%
Marcação a mercado de ativo indenizável	83.119	63.851	30,2%	328.258	-74,7%
Outras receitas	41.224	28.595	44,2%	41.391	-0,4%
Total - Receita Operacional Bruta	3.258.727	2.291.153	42,2%	4.251.278	-23,3%

(1) Variação entre 1T22 e 4T21

A receita operacional bruta da Enel Distribuição Ceará apresentou um aumento de 42,2% no 1T22 em relação ao 1T21. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, no 1T22, atingiu o montante de R\$ 2,9 bilhões, um aumento de R\$ 771,2 milhões em relação ao 1T21, cujo montante foi de R\$ 2,1 bilhões. O aumento da Receita Operacional Bruta é resultado dos seguintes efeitos:

- Aumento de R\$ 444,2 milhões na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica em relação ao 1T21, como resultado, principalmente, do maior volume de energia distribuído no período (3.104 GWh no 1T22 vs. 3.079 GWh no 1T21) além do reajuste médio tarifário de 8,54% aplicado a partir de abril de 2021 e o efeito da implementação da bandeira de escassez hídrica a partir do final de agosto.
- Aumento na rubrica de ativos e passivos financeiros setoriais, em R\$ 279,4 milhões, em função principalmente, da constituição de ativo regulatório no período;
- Aumento de R\$ 23,0 milhões na receita de uso da rede elétrica (consumidores livres-revenda), resultado da recuperação do consumo impactado pelo resultado da pandemia do COVID-19 em 1T21.



Comentário do Desempenho

Destaca-se ainda que no 4T21, a Companhia realizou a reclassificação da linha de marcação a mercado de ativo indenizável que até o 3T21 era lançada como Receita Financeira para a Receita Operacional. A contabilização do ativo financeiro está diretamente ligada à atividade principal da empresa e por essa razão, após análise detalhada, a Companhia entendeu que todas as receitas e atualizações monetárias relacionadas a tais ativos devem passar a ser contabilizadas como Receita Operacional. O impacto desta reclassificação no 1T21 corresponde ao montante de R\$ 83,1 milhões.

Deduções da Receita

DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	1T22	1T21	Var. %	4T21	Var. % (1)
ICMS	(548.009)	(426.008)	28,6%	(610.566)	-10,2%
COFINS - corrente	(172.576)	(125.217)	37,8%	(197.685)	-12,7%
PIS - corrente	(37.467)	(27.185)	37,8%	(42.919)	-12,7%
ISS	(1.755)	(1.784)	-1,6%	(1.469)	19,5%
Total - Tributos	(759.807)	(580.194)	31,0%	(852.639)	-10,9%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(15.213)	(13.191)	15,3%	(17.899)	-15,0%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(143.756)	(67.012)	>100,0%	(95.824)	50,0%
Encargos do consumidor - CCRBT	(304.857)	(29.130)	>100,0%	(746.808)	-59,2%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(2.259)	(860)	>100,0%	(2.259)	-
Total - Encargos Setoriais	(466.085)	(110.193)	>100,0%	(862.790)	-46,0%
Total - Deduções da Receita	(1.225.892)	(690.387)	77,6%	(1.715.429)	-28,5%

(1) Variação entre 1T22 e 4T21

As deduções da receita no 1T22 apresentaram um aumento de R\$ 535,5 milhões em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Isto se deve, principalmente, às seguintes variações:

- Aumento de 31,0% (R\$ 179,6 milhões) no total de tributos, principalmente nas linhas de ICMS e PIS/COFINS corrente, com aumentos de R\$ 122,0 milhões e R\$ 57,6 milhões, respectivamente, em função de maior receita operacional;
- Aumento de R\$ 355,9 milhões nos encargos setoriais relativo, principalmente a Conta de Encargos do consumidor – CCRBT, relacionada com as bandeiras tarifárias, cujo aumento deve-se a implementação da bandeira de escassez hídrica a partir do final de agosto de 2021.

Custos e Despesas Operacionais

CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	1T22	1T21	Var. %	4T21	Var. % (1)
Custos e despesas não gerenciáveis					
Energia elétrica comprada para revenda	(823.834)	(732.050)	12,5%	(884.510)	-6,9%
Encargos do uso do sistema de transmissão	(205.142)	(191.738)	7,0%	(403.864)	-49,2%
Total - Não gerenciáveis	(1.028.976)	(923.788)	11,4%	(1.288.374)	-20,1%
Custos e despesas gerenciáveis					
Pessoal	(44.312)	(52.820)	-16,1%	(43.404)	2,1%
Material e Serviços de Terceiros	(161.412)	(134.339)	20,2%	(132.611)	21,7%
Depreciação e Amortização	(82.513)	(86.460)	-4,6%	(78.003)	5,8%
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	854	-	-	1	>100,0%
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	(50.913)	9.934	<-100,0%	(67.603)	-24,7%
Custo de Construção	(404.184)	(207.804)	94,5%	(391.976)	3,1%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	209	(817)	<-100,0%	14.610	-98,6%
Perda de recebíveis de clientes	(4.563)	(13.092)	-65,1%	(22.821)	-80,0%
Receita de multas por impontualidade de clientes	34.660	5.723	>100,0%	31.012	11,8%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(20.131)	(19.496)	3,3%	(40.560)	-50,4%
Total - Gerenciáveis	(732.305)	(499.171)	46,7%	(731.355)	0,1%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(1.761.281)	(1.422.959)	23,8%	(2.019.729)	-12,8%

(1) Variação entre 1T22 e 4T21

Os custos e despesas operacionais no 1T22 em relação ao 1T21 apresentaram um incremento de R\$ 338,3 milhões, ou 23,8%. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas operacionais da



Comentário do Desempenho

Companhia no trimestre alcançaram o montante de R\$ 1,4 bilhão, 11,7% ou um aumento de R\$ 141,9 milhões em relação ao montante registrado no mesmo período no ano anterior, de R\$ 1,2 bilhão. Este resultado reflete principalmente as seguintes variações:

- Aumento nos custos e despesas gerenciáveis de R\$ 233,1 milhões, no 1T22 (R\$ 36,8 milhões excluindo o efeito do custo de construção), explicado pela (i) aumento de R\$ 60,8 milhões na linha de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, decorrente da crise econômica, com deterioração do poder de consumo e pagamento da população, por conta da pandemia e aumento da conta de energia, e (ii) aumento de R\$ 27,1 milhões na linha de Material e Serviços de Terceiros em função dos maiores gastos com manutenção e intervenções na rede, objetivando melhoria da qualidade e aumento do custo com serviços para leituras de medidores;
- Aumento nos custos e despesas não-gerenciáveis, de R\$ 105,2 milhões, no 1T22. Esse aumento, de 11,4%, está associado principalmente ao aumento na rubrica Energia elétrica comprada para revenda, em um montante de R\$ 91,8 milhões.

EBITDA

A seguir apresentamos a conciliação dos valores que compõem os cálculos do EBITDA e do EBIT, de acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	1T22	1T21	Var. %	4T21	Var. % (1)
Lucro Líquido do Período	111.141	86.915	27,9%	129.305	-14,0%
(+) Tributo sobre o Lucro (Nota explicativa 32)	(41.719)	(36.226)	15,2%	(39.152)	6,6%
(+) Resultado Financeiro (Nota explicativa 31)	(118.694)	(54.666)	>100,0%	(347.663)	-65,9%
(=) EBIT	271.554	177.807	52,7%	516.120	-47,4%
(+) Depreciações e Amortizações (Nota explicativa 30)	(82.513)	(86.460)	-4,6%	(78.003)	5,8%
(=) EBITDA	354.067	264.267	34,0%	594.123	-40,4%

(1) Variação entre 1T22 e 4T21

O EBITDA da Enel Ceará no 1T22 atingiu o montante de R\$ 354,1 milhões, o que representa um aumento de R\$ 89,8 milhões em relação ao 1T21. A margem EBITDA da Companhia no trimestre foi de 17,42%, um aumento de 0,91 p.p. em relação ao 1T21. A margem EBITDA ex-receita de construção da Companhia no 1T22 foi de 21,74%, o que representa um aumento de 2,77 p.p. em relação ao 1T21.

O aumento no EBITDA foi impactado pelo efeito positivo da reclassificação da linha de marcação a mercado de ativo indenizável e pelo aumento da receita operacional conforme explicado anteriormente.



Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	1T22	1T21	Var. %	4T21	Var. % (1)
Receitas Financeiras					
Renda de aplicação financeira	4.911	1.194	>100,0%	1.266	>100,0%
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	1.241	23.551	-94,7%	10.585	-88,3%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	39.162	3.091	>100,0%	23.147	69,2%
Marcação a mercado de ativo indenizável	-	-	-	(216.364)	-100,0%
Variação cambial de dívidas	191.541	-	-	(7.660)	<-100,0%
Variação cambial	(2.123)	1.223	<-100,0%	663	<-100,0%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	129	175.500	-99,9%	20.094	-99,4%
Outras receitas financeiras	6.405	1.631	>100,0%	1.580	>100,0%
(-) Crédito de PIS/COFINS sobre receita financeira	(2.296)	(1.553)	47,8%	(1.961)	17,1%
Total - Receitas Financeiras	238.970	204.637	16,8%	(168.650)	<-100,0%
Despesas financeiras					
Variações monetárias de Dívidas	(26.810)	(28.813)	-7,0%	(39.044)	-31,3%
Variações cambial de dívidas	(125)	(92.240)	-99,9%	(20.598)	-99,4%
Variação cambial	(35)	-	-	(2.269)	-98,5%
Encargos de Dívidas e mútuos	(62.306)	(22.034)	>100,0%	(46.926)	32,8%
Encargos fundo de pensão	(1.896)	(1.697)	11,7%	(1.697)	11,7%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	(31.599)	(6.183)	>100,0%	(23.985)	31,7%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(5.217)	(9.336)	-44,1%	(27.183)	-80,8%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(216.382)	(93.918)	>100,0%	(11.152)	>100,0%
Atualizações de impostos, P&D/PEE	(1.847)	(2.409)	-23,3%	(1.446)	27,7%
Outras despesas financeiras	(11.447)	(2.673)	>100,0%	(4.713)	>100,0%
Total - Despesas Financeiras	(357.664)	(259.303)	37,9%	(179.013)	99,8%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(118.694)	(54.666)	> 100,0%	(347.663)	-65,9%

(1) Variação entre 1T22 e 4T21

O Resultado Financeiro Líquido da Companhia encerrou o 1T22 com uma despesa líquida de R\$ 118,7 milhões, representando um aumento de R\$ 64,0 milhões em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Essa variação é explicada principalmente pelo aumento líquido de R\$ 52,4 milhões nas rubricas de dívida (instrumento financeiro derivativo, variação monetária de dívidas, variação cambial e encargos de dívidas e mútuos) devido, principalmente, ao aumento do CDI no 1T22 comparado ao 1T21, somado à um aumento no volume de empréstimos contratados em 2021.

Tributos (IR/CSLL) e Outros

TRIBUTOS (IR/CSLL) E OUTROS (R\$ MIL)

	1T22	1T21	Var. %	4T21	Var. % (1)
IR e CSLL (corrente e diferido)	(53.779)	(45.658)	17,8%	(28.175)	90,9%
Incentivo Fiscal SUDENE	12.060	9.432	27,9%	(10.977)	<-100,0%
Total	(41.719)	(36.226)	15,2%	(39.152)	6,6%

(1) Variação entre 1T22 e 4T21

As despesas totais, líquidas, com Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no 1T22, registraram um aumento de R\$ 5,5 milhões, devido principalmente ao aumento nos impostos correntes e diferidos em razão do aumento do lucro contábil (lucro antes dos impostos) compensados pelo efeito positivo referente ao incentivo fiscal no trimestre versus o mesmo período do ano anterior.



Comentário do Desempenho

Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	1T22	1T21	Var. %	4T21	Var. % (1)
Dívida bruta (R\$ mil)	4.246.113	3.008.027	41,2%	3.714.368	14,3%
Dívida com Terceiros	2.966.750	2.506.461	18,4%	2.986.918	-0,7%
Dívida Intercompany	1.279.363	501.566	>100,0%	727.450	75,9%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	236.043	384.666	-38,6%	284.964	-17,2%
Dívida líquida (R\$ mil)	4.010.070	2.623.361	52,9%	3.429.404	16,9%
Dívida Bruta / EBITDA (2)*	2,58	3,04	-15,2%	2,47	4,5%
Dívida Líquida / EBITDA (3)*	2,43	2,65	-8,2%	2,28	6,9%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,54	0,48	14,9%	0,52	3,7%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,53	0,44	20,5%	0,50	5,0%

(1) Variação entre 1T22 e 4T21

(2) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações + Provisão para crédito de liquidação duvidosa + Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas + Provisão para redução ao valor recuperável (acumulado nos últimos 12 anos)

A dívida bruta da Companhia encerrou o 1T22 em R\$ 4.246 milhões, um incremento de R\$ 1.238 milhões em relação ao 1T21. A variação da dívida bruta deve-se, basicamente, as novas captações de dívidas para investimentos e capital de giro (R\$ 210 milhões captados com Scotiabank, R\$ 270 milhões com o BNP Paribas, R\$ 280 milhões com o Sumitomo, R\$ 272 com o Citibank e R\$ 896 milhões com a Enel Brasil), em conjunto com apropriação de juros e correção monetária no montante de R\$ 350 milhões, parcialmente compensados, por amortizações e pagamento de encargos ocorridos entre os períodos comparados, que alcançaram respectivamente R\$ 852 milhões e R\$ 193 milhões.

A Companhia encerrou o 1T22 com o custo médio da dívida no período de 12,39% a.a.

Colchão de Liquidez*

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 31 de março de 2022, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 80 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 800 milhões.

Devido uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 600 milhões, através do despacho Nº 1.540 de 28 de maio de 2021, e posteriormente mais R\$ 500 milhões (despacho Nº 3.754 de 24 de novembro de 2021), totalizando um montante de R\$ 1.900 milhões.

A Companhia também possui limite de mútuo com as mutuantes CDSA, Enel CIEN e CGTF. aprovado pela ANEEL, por meio do despacho Nº 647/2021, no valor de até R\$ 250 milhões.

Classificação de Riscos (Rating)

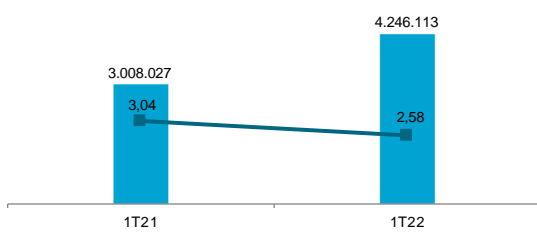
Em 09 de setembro de 2021, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

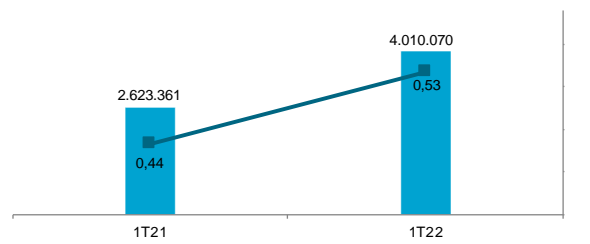


Comentário do Desempenho

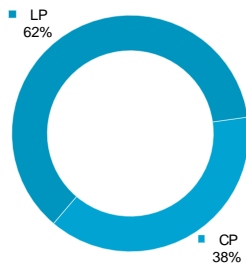
Dívida Bruta (R\$ Mil) e Dívida Bruta / EBITDA* (Vezez)
Evolução 1T21 - 1T22



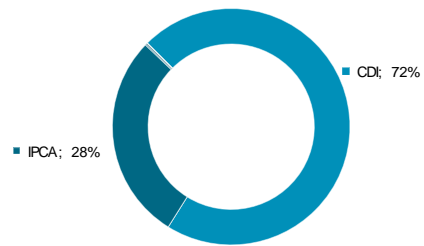
Dívida Líquida (R\$ Mil) e Alavancagem (Vezez)
Evolução 1T21 - 1T22



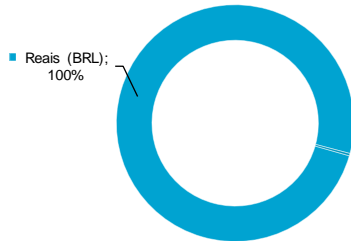
Abertura da Dívida Bruta - CP e LP
Posição Final em Mar/22



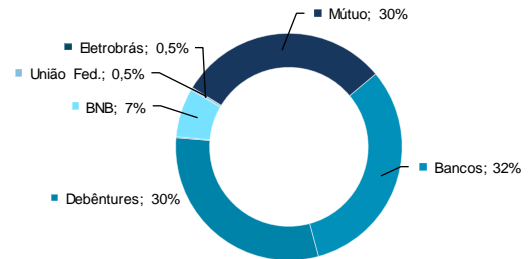
Abertura da Dívida Bruta - Indexadores
Posição Final em Mar/22



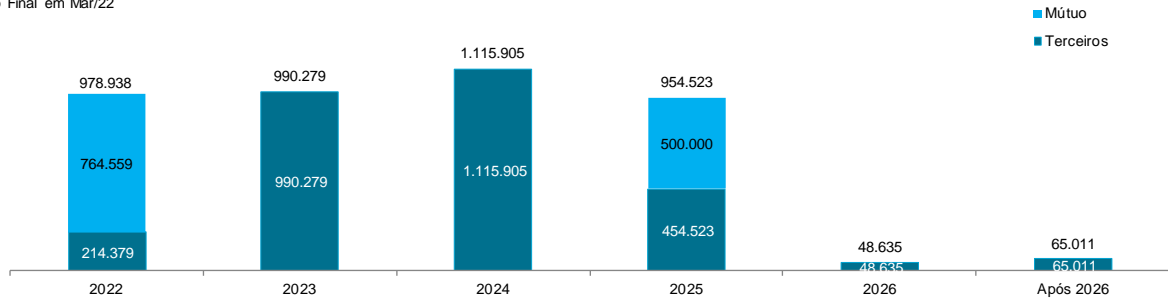
Abertura da Dívida Bruta - Moedas
Posição Final em Mar/22



Abertura da Dívida Bruta - Credor
Posição Final em Mar/22



Curva de Amortização de saldo de dívida com SWAP (R\$ Mil)
Posição Final em Mar/22





Comentário do Desempenho

Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	1T22	1T21	Var. %	4T21	Var. % (1)
Novas Conexões	198.471	86.397	>100,0%	176.168	12,7%
Rede	80.152	20.076	>100,0%	147.373	-45,6%
Combate às Perdas	15.822	7.638	>100,0%	14.669	7,9%
Qualidade do Sistema Elétrico	32.856	9.617	>100,0%	86.114	-61,8%
Adequação à carga	31.474	2.821	>100,0%	46.590	-32,4%
Outros	76.234	90.196	-15,5%	75.688	0,7%
Total Investido	354.856	196.669	80,4%	399.229	-11,1%
Aportes / Subsídios	(13.367)	-	-	-	-
Investimento Líquido	341.489	196.669	73,6%	399.229	-14,5%

(1) Variação entre 1T22 e 4T21

No 1T22, a Companhia investiu R\$ 341,5 milhões, um aumento de 73,6% em comparação ao mesmo período do ano anterior, principalmente na expansão, por meio de atividades de combate a perdas, qualidade do sistema e adequação de infraestrutura.

5 OUTROS TEMAS RELEVANTES

Reajuste Tarifário 2022

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 19 de abril de 2022, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2022 a ser aplicado a partir de 22 de abril de 2022.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia positivo de +13,43% composto por reajuste econômico de +12,88% e componente financeiro de +0,55%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +24,85%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário	
Encargos Setoriais	4,02%
Energia Comprada	4,32%
Encargos de Transmissão	-1,04%
Parcela A	7,30%
Parcela B	5,58%
Reajuste Econômico	12,88%
CVA Total	8,28%
Bandeira Escassez Híbrida	-2,18%
Conta Escassez Híbrida	-1,95%
Ressarcimento escassez Híbrida	-1,99%
Ressarcimento de Créditos de Pis/Cofins	-2,93%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	1,32%
Reajuste Financeiro	0,55%
Reajuste Total	13,43%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	11,42%
Efeito Médio para o consumidor	24,85%



Comentário do Desempenho

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em 11,55%, representando 7,30% no reposicionamento econômico com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais: aumento de 36,95%, representando 4,02% no reajuste econômico em função, principalmente, da redução do encargo com a Conta de Desenvolvimento Energético CDE Conta Covid;
- Energia Comprada: aumento de 9,60%, decorre principalmente do aumento dos contratos de disponibilidade de energia nova. Percebe-se também uma significativa contribuição do custo decorrente do contrato bilateral. O aumento do custo da compra de energia representa 4,32% no reajuste econômico; e
- Encargos de Transmissão: os custos de transmissão tiveram uma variação de -14,25%, correspondendo a um efeito de -1,04% no reajuste econômico.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em 15,16%, representando uma participação de 5,58% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de 14,77%, no período de 12 meses findos em março de 2022; e
- Fator X de -0,39 %, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +1,17%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,48%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -1,09%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.

Componentes financeiros: Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante de R\$ 37.942, dentre os quais destacamos R\$ 568.258 positivos referentes aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”), Sobrecontratação de R\$ 47.892 e Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 138.699.

De acordo com o exposto acima, foi homologado o reajuste tarifário anual da Companhia, que conduz um efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores de 24,85%, sendo de 24,16%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 25,09%, em média, para os consumidores na Baixa Tensão.

A Enel Distribuição Ceará esclarece que as tarifas são definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) com base no contrato de concessão, leis e regulamentos federais e a maioria dos custos embutidos na tarifa não são gerenciados pela Companhia. Estes valores são apenas arrecadados pela distribuidora que repassa às empresas de geração, transmissão e ao governo federal e estadual.

Os fatores que mais contribuíram para o reajuste foram justamente os custos não gerenciáveis, tais como: o fim do benefício tarifário da Conta-Covid, criada pela Aneel em 2020 para minimizar os impactos da pandemia no setor elétrico, a alta dos custos com encargos setoriais e a compra de energia.

Considerando o reajuste médio de 24,85% do ano de 2022, apenas cerca de 5% são destinados a Enel Distribuição Ceará para manutenção e investimentos na rede. Importante destacar que, com o fim da bandeira de escassez hídrica, o efeito do reajuste tarifário será praticamente nulo para o consumidor.

Bandeira Tarifária

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. As bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;



Comentário do Desempenho

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/07/21 – A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,874 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.888/21).

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/07/21 – As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 3,971 (patamar 1) e R\$ 9,492 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.888/21).

O primeiro trimestre de 2021 foi marcado pela recuperação lenta dos níveis de reservatórios hidráulicos, assim a ANEEL publicou o acionamento da bandeira amarela para os meses de janeiro de 21 a março de 21. Com a piora do cenário hidrológico, a bandeira vermelha patamar 1 foi acionada em maio de 21 e em junho foi acionada a bandeira vermelha patamar 2.

O terceiro trimestre foi marcado pelo agravamento hidrológico do sistema elétrico brasileiro, nos meses de julho e agosto a bandeira vermelha patamar 2 ainda foi acionada. Além disso, em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os clientes Baixa Renda que continuarão a ter os valores de bandeira dentre os patamares já conhecidos (REH 2.888/21).

A Bandeira Escassez Hídrica possui vigência de setembro de 2021 a abril de 2022, a tarifa será acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

As bandeiras tarifárias que vigoraram no ano de 2021 e no primeiro trimestre de 2022, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

	2021	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária													
PLD gatilho - R\$/MWh		213,42	136,72	127,36	92,88	203,88	251,84	583,88	583,88	Resolução CREG nº 3/2021 - Bandeira Escassez Hídrica			
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE													
	2022	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária													
PLD gatilho - R\$/MWh		Resolução CREG nº 3/2021 - Bandeira Escassez Hídrica											
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE													

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 15 de dezembro de 2020, a Resolução Homologatória n.º 2.828 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2021. O PLD máximo foi fixado em R\$ 583,88/MWh e o valor mínimo em R\$ 49,77/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2021.

Em 14 de dezembro de 2021, a Resolução Homologatória n.º 2.994 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2022. O PLD máximo foi fixado em R\$ 646,58/MWh e o valor mínimo em R\$ 55,70/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2022.



Comentário do Desempenho

Conta-Covid

Em 23 de junho de 2020, a ANEEL aprovou a regulamentação da Conta Covid (Resolução Normativa nº885/2020). Tal regulamento estabelece os critérios do empréstimo de um conjunto de banco às distribuidoras, com o objetivo de garantir o fluxo de caixa das empresas neste período de pandemia e evitar reajustes tarifários elevados.

Em 22 de julho de 2020, foram assinados os contratos entre a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e 16 instituições financeiras para formalizar e viabilizar os empréstimos para as distribuidoras de energia elétrica.

Em 31 de julho de 2020, iniciou-se, por meio do Despacho ANEEL nº 2.177, o recebimento pelas concessionárias dos recursos da conta covid. Em 19 de agosto de 2020, a ANEEL abriu a 2ª fase da Consulta Pública nº 035/20, com o objetivo de regulamentar o Art 6º do Decreto 10.350/20, que trata da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão de distribuição.

Em 16 de dezembro de 2020, a ANEEL, após avaliar as contribuições recebidas, decidiu abrir uma 3ª fase de discussão sobre as regras para o reequilíbrio econômico devido à pandemia, com prazo de contribuição até 01/02/2021. Vale destacar que em tal fase da consulta a ANEEL também discutiu a gradação do benefício do referido empréstimo, para alocação do spread bancário entre os consumidores e os distribuidores de energia elétrica, e a exposição involuntária devido à pandemia.

Em 23 de novembro de 2021, a ANEEL aprovou a Resolução Normativa nº 952 com as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia.

Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia e os critérios para ressarcimento aos consumidores dos custos associados à operação da Conta-Covid em 2020.

Ainda segundo tal regra, eventuais pedidos de reequilíbrio devem ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irrecuperáveis, ocorrida por meio do Despacho ANEEL nº 539/2022.



Comentário do Desempenho

ANEXO 1

DRE (R\$ MIL)

	1T22	1T21	Var. %
Receita Operacional Bruta	3.258.727	2.291.153	42,2%
Fornecimento de Energia - Mercado Cativo	2.233.475	1.796.793	24,3%
CVA	381.860	102.427	>100,0%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres	100.015	76.980	29,9%
Receita de Construção	404.184	207.804	94,5%
Outras Receitas	139.193	107.149	29,9%
Deduções da Receita Operacional	(1.225.892)	(690.387)	77,6%
Receita Operacional Líquida	2.032.835	1.600.766	27,0%
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(1.028.976)	(923.788)	11,4%
Energia elétrica comprada para revenda e despesas da CCEE	(823.834)	(732.050)	12,5%
Encargos de conexão e uso da rede	(205.142)	(191.738)	7,0%
Custo/Despesa Operacional	(732.305)	(499.171)	46,7%
Pessoal	(44.312)	(52.820)	-16,1%
Material e Serviços de terceiros	(161.412)	(134.339)	20,2%
Depreciação e amortização	(82.513)	(86.460)	-4,6%
Provisões	(49.850)	(3.975)	>100,0%
Custo de construção	(404.184)	(207.804)	94,5%
Outros	30.097	5.723	>100,0%
Outras receitas/despesas operacionais	(20.131)	(19.496)	3,3%
EBITDA	354.067	264.267	34,0%
EBIT	271.554	177.807	52,7%
Resultado Financeiro	(118.694)	(54.666)	>100,0%
Receita Financeira	238.970	204.637	16,8%
Despesa Financeira	(357.664)	(259.303)	37,9%
Resultado antes dos impostos	152.860	123.141	24,1%
IR/CS	(41.719)	(36.226)	15,2%
Lucro/Prejuízo Líquido	111.141	86.915	27,9%

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia Energética do Ceará - Coelce ("Companhia" ou "Enel Distribuição Ceará"), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria "A", com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, Centro, Fortaleza, Ceará, controlada pela Enel Brasil S.A. ("Enel Brasil" ou Enel), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália) é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia tem como área de concessão 184 municípios cearenses, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, com vencimento em 13 de maio de 2028.

1.1 Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia (Covid-19), a ANEEL adotou algumas medidas temporárias adicionais a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio de nova resolução normativa publicada em março de 2021 (REN 928/2021, que foi prorrogada pela REN 936/2021). Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores baixa renda; que utilizem equipamentos necessários à vida; instalações associadas aos sistemas de saúde; e infraestrutura relacionada a vacinação, armazenamento de vacinas, atendimento médico-hospitalar, (ii) suspensão do prazo nonagesimal para corte por inadimplência para todos usuários e do descadastramento dos consumidores baixa renda, exceto para aqueles que não atendem os critérios; (iii) suspensão do pagamento de compensações DIC/FIC/DMIC e conformidade de tensão desde que estes pagamentos tivessem sido honrados até dezembro de 2021 com atualização; e (iv) ações específicas para o caso de adoção de medidas restritivas de combate à Covid-19 por autoridades competentes locais. Tais medidas vigoraram até 30 de setembro de 2021.

Por meio da Resolução nº 2/2021, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional aos clientes dos grupos A e B, com algumas exceções. O programa concedeu um bônus em fatura, no valor de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para cada kWh em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10%, limitado a 20%, apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021 em comparação às faturas de setembro a dezembro de 2020. A bonificação foi concedida nas faturas a partir de janeiro de 2022 e os créditos concedidos em fatura, serão recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos custos do serviço do sistema, sem prejuízo financeiro para a Companhia. Para atendimento à resolução e ao ofício circular nº 4/2021 da ANEEL, a Companhia apurou o montante de R\$ 69.793, concedido desde 2 de janeiro de 2022, de acordo com os lotes de faturamento. Sendo que do total concedido de desconto, a Companhia possui saldo a recuperar, de R\$ 3.796 – vide nota explicativa nº 8.

1.2 Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 em 16 de dezembro de 2020 para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da consulta pública 035/2020. Por meio da resolução nº 952/2021, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R\$ 16.138, o qual foi registrado como passivo financeiro setorial e será repassado aos consumidores no próximo ciclo tarifário, a partir do ciclo 2022 - vide nota explicativa nº 10 - (Valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros).

Na mesma Resolução, a ANEEL aprovou as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia. Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia. Os pedidos de reequilíbrio devem ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irrecuperáveis que será ainda realizada pela ANEEL, possivelmente, no 2º semestre de 2022.

Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 1.078, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto nº 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a regulamentação da referida medida provisória. O financiamento será gerido pela CCEE por meio da "Conta Escassez Hídrica", sendo que a ANEEL homologará os valores a serem pagos pela referida conta, a cada distribuidora. O referido empréstimo será pago pelos consumidores (clientes cativos e clientes que tenham comunicado a sua migração ao ambiente livre a partir de 13 de dezembro de 2021) por meio da conta de energia.

Já a Resolução Normativa ANEEL nº 1.008, de 15 de março de 2022, estabelece os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nesta resolução também foram estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023.

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Companhia, sempre que aplicável, se utiliza das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria em 28 de abril de 2022.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.1.4 Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado do Ceará) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (distribuição de energia elétrica), a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

2.1.5 Reclassificações de saldos comparativos

A Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu ao seguinte ajuste e reclassificação nas suas demonstrações do resultado e do valor adicionado de 31 de março de 2021, originalmente autorizadas em 30 de abril de 2021 conforme demonstrado a seguir, seguindo as orientações emanadas pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

As mudanças efetuadas não alteram o total dos ativos, passivos e do patrimônio líquido.

(a) A Companhia revisou suas políticas contábeis e concluiu que a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentada sob a rubrica de “Receita financeira”, no resultado financeiro, poderia ser melhor classificada no grupo de receitas operacionais, alinhando sua política com a de distribuidora do mesmo grupo econômico, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica. Trata-se nesse caso, de uma mudança de política contábil e não de correção ou retificação de erro. Tal conclusão está suportada pelos seguintes elementos:

- O retorno dos negócios de distribuição, sobre o investimento em infraestrutura, é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura mais a taxa de “WACC”;
- Investir em infraestrutura é a atividade precípua de seu negócio, e o seu modelo de gestão está suportado em controlar a construção, manutenção e operação dessa infraestrutura;

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- As receitas tarifárias representam tanto o retorno do ativo intangível quanto uma parte do retorno do ativo financeiro, pelo fato de esses dois ativos contábeis integrarem a base regulatória de remuneração. E as receitas tarifárias estão totalmente registradas como parte da “Receita Operacional Líquida”;
- A mudança dessa política contábil não implica em dizer que a política contábil anterior estaria inadequada, uma vez que a norma permite as duas interpretações. A Companhia entende que a nova política é um aprimoramento e permite melhor refletir a essência econômica dos contratos de distribuição de energia elétrica, bem como o pleno alinhamento de política contábil para o segmento de distribuição do Grupo Enel;
- A maioria das companhias de distribuição de energia elétrica no Brasil adota a política agora implementada pela Companhia. Entendemos que essa mudança possibilita aos usuários das demonstrações uma melhor comparabilidade das demonstrações contábeis entre as empresas do setor.

A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão. O impacto desse assunto no exercício findo em 31 de março de 2022 é uma reclassificação de R\$ 63.851 da receita financeira para o resultado operacional (nota explicativa nº 29), sem efeito líquido na DRE.

- (b) Encargos do consumidor (CCRBT), classificados como “Deduções da receita”, anteriormente apresentados como “Fornecimento de energia elétrica”, no montante de R\$ 29.130.

As alterações na DRE e DVA dos itens (a) e (b) anteriormente descritos, estão demonstrados a seguir:

	31.03.2021			
	Originalmente apresentado	Ref.	Reclassificações	Reapresentado
Receita líquida	1.536.915	(a)	63.851	1.600.766
Custo do serviço	(1.378.890)		-	(1.378.890)
Lucro bruto	158.025		63.851	221.876
Total despesas operacionais	(44.068)		-	(44.068)
Resultado do serviço público de energia elétrica	113.957		63.851	177.808
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	268.488	(a)	(63.851)	204.637
Despesas financeiras	(259.303)		-	(259.303)
Total resultado financeiro	9.185		(63.851)	(54.666)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	123.142		-	123.142
Imposto de renda e contribuição social	(36.226)		-	(36.226)
Lucro líquido do período	86.916		-	86.916

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Trimestre findo em 31 de março de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.03.2021			
	Originalmente apresentado	Ref.	Reclassificações	Reapresentado
1. Receitas	2.211.111		92.981	2.304.092
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	2.201.177		92.981	2.294.158
Fornecimento de energia elétrica	1.990.368	(a)(b)	92.981	2.083.349
Outras receitas	3.005		-	3.005
Receita relativa à construção de ativos próprios	207.804		-	207.804
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	9.934		-	9.934
2. Insumos adquiridos de terceiros	(1.367.098)		-	(1.367.098)
3. Valor adicionado bruto	844.013		92.981	936.994
4. Retenções	(92.548)		-	(92.548)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade	751.465		92.981	844.446
6. Valor adicionado recebido em transferência	268.488		(63.851)	204.637
Receitas financeiras	268.488	(a)	(63.851)	204.637
7. Valor adicionado total a distribuir	1.019.953		29.130	1.049.083
8. Distribuição do valor adicionado	1.019.953		29.130	1.049.083
Empregados (Colaboradores)	62.219		-	62.219
Tributos (Governo)	610.171		29.130	639.301
Federais	99.177		-	99.177
Estaduais	426.056		-	426.056
Municipais	3.875		-	3.875
Encargos setoriais	81.063		29.130	110.193
CDE - Conta de desenvolvimento energético	67.012		-	67.012
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	13.191		-	13.191
Taxa de fiscalização - ANEEL	860		-	860
Encargos do consumidor - CCRBT	-	(b)	29.130	29.130
Remuneração de capitais de terceiros	260.647		-	260.647
Remuneração de capitais próprios	86.916		-	86.916

3. Principais políticas contábeis, estimativas e julgamentos

As informações financeiras intermediárias foram preparadas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 dezembro de 2021, emitidas em 21 de fevereiro de 2022, e devem ser lidas em conjunto, com exceção às alterações demonstradas a seguir:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em:
CPC 27 – Imobilizado	Prover <i>guidance</i> para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
Melhorias anuais às IFRS Ciclo 2018 - 2020	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Reajuste tarifário anual

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 22 de abril de 2021, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2021. (Veja na nota 38 a deliberação sobre o reajuste tarifário anual de 2022)

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia positivo de +13,54% composto por reajuste econômico de +24,07% e componente financeiro de -10,53%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +8,95%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário 2021	
Encargos Setoriais	4,57%
Custos de Transmissão	5,91%
Custos de Aquisição de Energia	3,15%
Parcela A	13,63%
Parcela B	10,44%
Reajuste Econômico	
CVA Total	7,52%
Mecanismo de mitigação tarifária	-11,13%
Reversão Conta Covid	-9,09%
Outros Itens Financeiro da Parcela A	2,17%
Reajuste Econômico	
	-10,53%
Reajuste Total	
	13,54%
Efeitos da retirada dos componentes financeiros do processo anterior	-4,59%
Efeito médio a ser percebido pelos consumidores	
	8,95%

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário, tiveram os seguintes impactos:

a) **Parcela A:** Reajustada em 21,03%, representando 13,63% no reposicionamento econômico com os seguintes componentes:

- Encargos setoriais - aumento de 52,46%, representando 4,57% no reajuste econômico em função, principalmente, da redução do encargo com a Conta de Desenvolvimento Energético CDE Conta Covid;
- Energia comprada - aumento de 11,87%, decorre principalmente do aumento dos contratos de disponibilidade de energia nova. Percebe-se também uma significativa contribuição do custo decorrente do contrato bilateral (impacto de 4,20%). O aumento do custo da compra de energia representa 5,91% no reajuste econômico; e
- Encargos de Transmissão - os custos de transmissão tiveram uma variação de 49,95%, correspondendo a um efeito de 3,15% no reajuste econômico. Sobre esse item, destaque para a publicação das Resoluções Homologatórias nº 2.725 e 2.726, ambas em julho de 2020, as quais aprovaram, respectivamente, as novas Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão e as novas Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST).

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- b) **Parcela B:** Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em 29,66%, representando uma participação de 10,44% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:
- IGP-M de 31,10%, no período de 12 meses findos em março de 2021; e
 - Fator X de 1,43 %, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +1,17%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de 1,35%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -1,09%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.
- c) **Componentes financeiros:** Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante de R\$ 531.957, dentre os quais destacamos R\$ 379.752 positivos referentes aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”), Sobrecontratação de R\$ 60.808 e Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 135.548. Por fim, vale destacar que foi considerado um financeiro negativo relativo à conta Covid de R\$ 428.192.

De acordo com o exposto acima, foi homologado o reajuste tarifário anual da Companhia, que conduz um efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores de 8,95%, sendo de 10,21%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão (AT) e de 8,54%, em média, para os consumidores na Baixa Tensão (BT).

Bandeira tarifária

O primeiro trimestre de 2022 foi marcado pela recuperação dos níveis de reservatórios hidráulicos, assim a ANEEL não publicou o acionamento da bandeira para os consumidores baixa renda. Estando mantida a bandeira escassez hídrica de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) para os demais consumidos, até o dia 15 de abril de 2022.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31.03.2022	31.12.2021
Caixa e contas correntes bancárias	3.884	27.864
Aplicações financeiras		
CDB (aplicações diretas)	36.017	11.120
Fundos de investimento aberto	20.863	14.053
Operações compromissadas	92.792	151.279
	149.672	176.452
Total	153.556	204.316

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, com alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, estas já estão reconhecidas pelo seu valor justo por meio do resultado.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida

Notas Explicativas


NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e curva da taxa CDI mensal.

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não existe registro de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa visto que os ativos financeiros são aplicados em instituições de primeira linha, sendo os mesmos monitorados de forma contínua pela Companhia.

6. Títulos e valores imobiliários

	31.03.2022	31.12.2021
Fundos de investimentos não exclusivos	81.872	80.048
Fundos de investimentos exclusivos (a)	615	600
Títulos públicos	557	414
LF - Letra Financeira	58	186
Total	82.487	80.648

(a) Fundo exclusivo do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma das oito cotistas e apresenta 0,26% de representatividade sobre o total do mesmo em 31 de março de 2022 (0,49% em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de Investimento não exclusivo, administrados por Asset de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI.

Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício findo em 31 de março de 2022.

7. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

A vencer	Vencidos					Total	PECLD	Total 31.03.2022	
	até 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais de 360 dias				
Classes de consumidores:									
Residencial	214.190	210.232	31.511	69.813	99.055	250.343	875.144	(354.188)	520.956
Industrial	21.296	10.712	1.063	1.867	1.667	21.730	58.335	(13.244)	45.091
Comercial	95.356	32.100	5.188	8.080	11.701	72.790	225.215	(58.027)	167.188
Rural	67.189	39.917	7.980	11.914	18.228	83.315	228.543	(67.927)	160.616
Poder público	59.160	13.151	3.726	6.675	6.368	23.306	112.386	(9.911)	102.475
Iluminação pública	44.279	18.753	7.083	17.983	11.803	55.681	155.582	(45.668)	109.914
Serviço público	28.147	3.785	1.324	3.868	2.759	14.352	54.235	(12.225)	42.010
Fornecimento faturado	529.617	328.650	57.875	120.200	151.581	521.517	1.709.440	(561.190)	1.148.250
Receita não faturada	370.490	-	-	-	-	-	370.490	(6.425)	364.065
Parcelamento de débitos	3.518	12.291	10.812	38.307	64.364	122.506	251.798	(11.563)	240.235
Venda de Energia Excedente - MVE	15.644	-	-	-	-	-	15.644	-	15.644
Compartilhamento - uso mútuo	9.865	20.614	9.670	20.144	24.630	19.687	104.610	(49.050)	55.560
Agente de cobrança da iluminação pública	-	-	-	-	-	28.923	28.923	(22.391)	6.532
Compensação de Iluminação Pública (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	15.289	15.289	(15.289)	-
Subtotal	929.134	361.555	78.357	178.651	240.575	707.922	2.496.194	(665.908)	1.830.286
								Circulante	1.706.896
								Não circulante	123.390

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	A vencer	Vencidos					Total	PECLD	Total
		até 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais de 360 dias	31.12.2021		31.12.2021
Classes de consumidores:									
Residencial	235.746	231.990	23.893	61.108	87.110	230.802	870.649	(322.853)	547.796
Industrial	21.110	11.854	632	851	1.843	21.775	57.865	(14.353)	43.512
Comercial	76.107	37.973	5.409	13.205	11.469	71.123	215.286	(59.293)	155.993
Rural	78.266	42.499	3.285	11.340	21.053	75.204	231.647	(67.160)	164.487
Poder público	32.464	16.445	2.409	3.886	6.661	21.014	82.879	(11.460)	71.419
Iluminação pública	41.926	19.371	3.971	7.519	15.662	47.768	136.217	(40.665)	95.552
Serviço público	20.052	4.333	1.022	1.687	2.146	13.404	42.644	(11.678)	30.966
Fornecimento faturado	505.671	364.265	40.621	99.596	145.944	481.090	1.637.187	(527.462)	1.109.725
Receita não faturada	389.575	-	-	-	-	-	389.575	(7.664)	381.911
Parcelamento de débitos*	4.289	18.194	13.495	42.296	63.914	115.421	257.609	(10.971)	246.638
Venda de Energia Excedente - MVE	6.787	-	-	-	-	-	6.787	-	6.787
Compartilhamento - uso mútuo	9.670	16.299	3.845	9.521	31.623	16.745	87.703	(67.749)	19.954
Agente de cobrança da iluminação pública	-	-	-	-	-	26.933	26.933	-	26.933
Compensação de Iluminação Pública	-	70.037	-	-	-	-	70.037	-	(70.037)
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	15.289	15.289	(15.289)	-
Total	915.992	328.721	57.961	151.413	241.481	655.478	2.351.046	(629.135)	1.721.911
								Circulante	1.606.490
								Não circulante	115.421

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Rubricas de origem	31.12.2021	(Provisões)	Perda	31.03.2022
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(629.135)	(55.476)	18.703	(665.908)
Outros créditos	(3.400)	-	-	(3.400)
	(632.535)	(55.476)	18.703	(669.308)

Rubricas de origem	31.12.2020	(Provisões)	Perda	31.03.2021
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(441.524)	(2.814)	13.092	(431.246)
Outros créditos	(2.459)	(344)	-	(2.803)
	(443.983)	(3.158)	13.092	(434.049)

A Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes do cenário econômico e regulatório brasileiro e seus reflexos sobre a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

A provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia, e esta é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas informações financeiras e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores. Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia tem intensificado ações de cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos; (iii) intensificação e constante revisão da política de corte; e, (iv) proporção aos consumidores de alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo parcerias com meios de pagamentos digitais, inclusive com opções de parcelamentos e "cash back" para as contas de energia vencidas ou não.

8. Créditos a receber - subvenção e outros

Representa o valor a ser repassado para a Companhia, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS****Trimestre findo em 31 de março de 2022**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.03.2022	31.12.2021
Baixa renda - subsídio CDE	29.093	11.294
Previsão ajuste CDE ciclo corrente	21.564	-
CDE a devolver - diferença ciclo anterior	7.709	5.399
CDE a devolver - diferença ciclo corrente	(13.406)	(8.475)
Bônus - Redução voluntária de consumo (a)	3.796	69.793
	48.756	78.011

- (a) Conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica. Como o bônus concedido será ressarcido por meio do encargo destinado à cobertura dos Custos do Serviço do Sistema, a Companhia constituiu um contas a receber e uma obrigação (rubrica de outras obrigações) no mesmo valor de R\$ 69.793. Para o período findo em 31 de março de 2022 o saldo a receber é de R\$ 3.796.

9. Tributos a compensar

	31.03.2022	31.12.2021
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis		
Imposto de renda (a)	49.823	84.711
Contribuição social (a)	143	31.230
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (b)	570	20.485
Total	50.536	136.426

	31.03.2022		31.12.2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outros tributos compensáveis				
ICMS (c)	111.315	95.150	84.496	82.605
PIS e COFINS	17.850	-	16.864	-
PIS e COFINS (ICMS) (d)	465.103	512.433	473.748	571.894
Outros tributos	1.234	-	1.142	-
Total	595.502	607.583	576.250	654.499

- (a) O saldo em 31 de março de 2022, é composto por antecipações de imposto de renda e contribuição social, tais antecipações estarão disponíveis para futuras compensações após a entrega da Escrituração Contábil Fiscal - ECF.
- (b) A variação entre os exercícios se deve principalmente pelo imposto retido na fonte sobre os ganhos obtidos nas liquidações de instrumentos financeiros derivativos;
- (c) Do total de crédito de ICMS, R\$ 166.012 em 31 de março de 2022 (R\$ 141.217 em 31 de dezembro de 2021) referem-se aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente, os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos, e o valor de R\$ 40.453 (R\$ 25.884 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a créditos de compra de energia e incentivos culturais os quais são compensados no mês subsequente.
- (d) A Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, e por possuir ação judicial transitada e julgada em abril de 2019, possui ativo de PIS e de COFINS sobre ICMS a recuperar de R\$ 465.103 no curto prazo e R\$ 512.433 no longo prazo, em 31 de março de 2022.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a Companhia adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais (vide nota explicativa nº18).



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativos e passivos financeiros setoriais

Correspondem às diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo essas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita líquida, no resultado do exercício, representando o diferimento e amortização

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Ativos e passivos financeiros setorial	31.12.2021	Adição	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	31.03.2022	Valores em amortização	Valores em constituição	Ativo circulante	Passivo não circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA	445.129	208.682	(18.120)	(243.766)	10.605	402.530	(7.770)	410.300	377.798	24.732
Aquisição de energia - (CVAenerg) (a)	(7.819)	10.542	7.527	(11.430)	3.050	1.870	(5.241)	7.111	1.439	431
Proinfa	2.077	15.253	(2.383)	-	338	15.285	(290)	15.575	14.347	938
Transporte rede básica	27.073	(11.002)	(9.128)	-	669	7.612	(1.912)	9.524	7.037	575
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER (a)	429.471	151.468	(17.858)	(232.336)	5.982	336.727	315	336.412	316.451	20.276
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(5.673)	42.421	3.722	-	566	41.036	(642)	41.678	38.524	2.512
Demais passivos financeiros setoriais	73.542	139.963	51.334	-	(3.041)	261.798	(60.170)	321.968	330.656	(68.858)
Alíquota efetiva PIS/Cofigs	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	(32.584)	(4.244)	1.779	-	(398)	(35.447)	-	(35.447)	(33.311)	(2.136)
Sobrecontratação de energia	(34.636)	14.844	7.820	-	(170)	(12.142)	-	(12.142)	(11.409)	(733)
Diferimento/ devoluções tarifárias	(119.160)	(9.628)	7.403	-	(2.154)	(123.539)	(29.613)	(93.926)	(29.613)	(93.926)
Risco hidrológico	(145.171)	(34.309)	36.570	-	(2.893)	(145.803)	-	(145.803)	(137.015)	(8.788)
Outros (b)	405.093	173.300	(2.238)	-	2.574	578.729	(30.557)	609.286	542.004	36.725
Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido	518.671	348.645	33.214	(243.766)	7.564	664.328	(67.940)	732.268	708.454	(44.126)

- (a) O diferimento ativo de encargos dos serviços de sistema é devido ao maior despacho da geração fora da ordem de mérito no período, ocasionado pelo pior cenário hidrológico e baixo nível de armazenamento, compensado pela restituição do saldo excedente de EER (Encargo de Energia de Reserva) através do CONER (Conta de Energia de Reserva) devido ao aumento do PLD médio (Preço de Liquidação das Diferenças).
- (b) O diferimento ativo é devido a antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário a ser compensado no montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil, no valor de R\$ 386.200 no ciclo tarifário 2021, compensado pelo registro dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas a Conta-Covid, de acordo com a resolução normativa ANEEL nº 952 de novembro de 2021, no montante de R\$ 16.138 (nota explicativa nº 1.2).



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos e passivos financeiros setorial	31.12.2020	Adição	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	31.03.2021	Valores em amortização	Valores em constituição	Passivo circulante	Passivo não circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA	33.199	151.721	(54.040)	59.048	(4.292)	185.636	3.987	181.649	174.687	10.949
Aquisição de energia - (CVAenerg)	(47.408)	26.172	(67.548)	67.167	(4.837)	(26.454)	6.741	(33.195)	(24.453)	(2.001)
Proinfra	9.453	4.486	1.154	-	66	15.159	(140)	15.299	14.237	922
Transporte rede básica	42.031	46.281	(7.724)	-	215	80.803	(15)	80.818	75.932	4.871
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	39.094	58.279	25.766	(8.119)	271	115.291	(3.100)	118.391	108.154	7.137
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(9.971)	16.503	(5.688)	-	(7)	837	501	336	817	20
Demais passivos financeiros setoriais	(242.419)	(29.691)	34.437	(76.531)	1.200	(313.004)	(15.680)	(297.324)	(216.426)	(96.578)
Neutralidade da parcela A	(9.888)	(2.180)	1.595	-	(84)	(10.557)	-	(10.557)	(9.921)	(636)
Sobrecontratação de energia	(21.335)	13.315	14.399	(76.531)	(266)	(70.418)	-	(70.418)	(66.174)	(4.244)
Diferimento/ devoluções tarifárias	(114.299)	(6.167)	7.403	-	(253)	(113.316)	(29.614)	(83.702)	(29.614)	(83.702)
Risco hidrológico	(134.326)	(37.268)	24.266	-	1.020	(146.308)	-	(146.308)	(137.489)	(8.819)
Outros	37.429	2.609	(13.226)	-	783	27.595	13.934	13.661	26.772	823
Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido	(209.220)	122.030	(19.603)	(17.483)	(3.092)	(127.368)	(11.693)	(115.675)	(41.739)	(85.629)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias para os anos de 2016 e 2017, porém sem levar em consideração a regra de máximo esforço, prevista na regulamentação da REN 453/2011. No caso do ano de 2017 da Companhia, particularmente, em análise preliminar realizada no Reajuste Tarifário de 2018, a ANEEL entendeu que a Companhia esteve voluntariamente sobrecontratada, já que não realizou esforços para redução de seu nível de contratação.

Portanto, diante da decisão do Despacho nº 2.508, a Companhia entrou com o pedido de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.922, de 13 de outubro de 2020. O mérito da reconsideração da decisão do Despacho nº 2.508/20 ainda está sendo avaliado pela SRM/ANEEL e, em caso de nova negativa, a análise passa para a Diretoria da Agência Reguladora, por meio de sorteio do diretor relator.

Cabe mencionar que a Companhia impetrou mandado de segurança contra a aplicação do Despacho nº 2.508/2020, no âmbito do reajuste tarifário de 2021, que estabelece os montantes de sobrecontratação involuntária de 2016 e 2017 sendo acatado pela ANEEL, conforme publicado no Despacho nº 1.061/2021, de 16 de abril de 2021.

Eventual decisão futura da ANEEL pela manutenção do Despacho nº 2.508 poderá implicar no reconhecimento pela Companhia de passivo financeiro setorial no montante de R\$ 60.393 (atualizado até 31 de março de 2022), tendo como contrapartida o resultado.

11. Benefício fiscal

Ágio de incorporação da controladora

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua antiga controladora Distriluz Energia Elétrica S.A. está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada.

Conforme instrução normativa CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999 a Companhia registrou uma provisão sobre o ágio a amortizar considerando o montante que não constitui benefício fiscal. O valor representativo do benefício fiscal ficou então registrado em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) e para recompor o resultado de cada período, está sendo feita a reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

Benefício fiscal - ágio incorporado	31.03.2022	31.12.2021
Ágio da incorporação	775.960	775.960
Amortização acumulada	(717.005)	(713.823)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Reversão da provisão sobre o ágio	390.370	388.270
Total	19.960	21.042

Os ativos fiscais diferidos decorrentes da incorporação são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

A seguir é apresentado o cronograma de realização do benefício fiscal:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.03.2022	Percentual
Em 2022	3.245	16,26%
Em 2023	3.960	19,84%
Em 2024	3.625	18,16%
Em 2025	3.316	16,61%
2026 até 2027	5.814	29,13%
Total	19.960	100,00%

12. Cauções e depósitos

A Companhia possui saldos de caução e depósito considerando: garantia de dívidas (BNB) e garantias da concessão (Banco do Brasil). A seguir é apresentada a composição do saldo:

Instituição	Tipo de Aplicação	31.03.2022	31.12.2021
		Não Circulante	Não Circulante
BNB	CDB	15.964	15.594
Banco do Brasil	Título do Tesouro EUA	12.877	15.507
Total		28.841	31.101

13. Ativo indenizável (concessão)

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da concessão está assim apresentada:

	31.03.2022	31.12.2021
Saldo Inicial	3.912.580	3.026.407
Transferências do ativo contratual	91.336	556.397
Atualização do ativo financeiro da concessão	83.119	328.258
Reclassificação para ativo imobilizado	-	1.518
Saldo Final	4.087.035	3.912.580

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

14. Imobilizado

O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados a atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado. A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Trimestre findo em 31 de março de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2021	Adição	Depreciação/ Amortização	Baixa	Transferência	Reclassificação	31.03.2022
Imobilizado em serviço							
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	934	-	-	-	592	(296)	1.230
Máquinas e equipamentos	38.989	-	-	(103)	83	2.234	41.203
Veículos	860	-	-	-	-	-	860
Móveis e utensílios	10.838	-	-	-	3.194	(1.597)	12.435
Subtotal	51.621	-	-	(103)	3.869	341	55.728
Depreciação acumulada							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(704)	-	(7)	-	-	(1)	(712)
Máquinas e equipamentos	(36.261)	-	(346)	103	-	11	(36.493)
Veículos	(2.048)	-	(16)	-	-	1.567	(497)
Móveis e utensílios	(8.694)	-	(153)	-	-	-	(8.847)
Subtotal	(47.707)	-	(522)	103	-	1.577	(46.549)
Imobilizado em curso							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	762	6.930	28	-	21.696	(29.287)	129
Máquinas e equipamentos	43.731	28	-	-	-	(40.430)	3.329
Veículos	6.619	-	-	-	-	(5.857)	762
Móveis e utensílios	3.577	631	-	-	-	757	4.965
Subtotal	54.689	7.589	28	-	21.696	(74.817)	9.185
Total do imobilizado	58.603	7.589	(494)	-	25.565	(72.899)	18.364
Ativo de direito de uso							
Terrenos	149	-	(45)	-	-	(104)	-
Imóveis	(2.154)	-	(218)	-	-	3.099	727
Veículos e outros meios de transporte	23.548	-	(3.136)	-	-	(5.037)	15.375
Subtotal	21.543	-	(3.399)	-	-	(2.042)	16.102
Total	80.146	7.589	(3.893)	-	25.565	(74.941)	34.466

	31.12.2020	Adição	Depreciação/ Amortização	Transferência	Reclassificação	31.12.2021
Imobilizado em serviço						
Terrenos	30	-	-	-	(30)	-
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	9	-	-	-	925	934
Máquinas e equipamentos	64.235	-	-	20	(25.266)	38.989
Veículos	-	-	-	-	860	860
Móveis e utensílios	55.921	-	-	-	(45.083)	10.838
Subtotal	120.195	-	-	20	(68.594)	51.621
Depreciação acumulada						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	-	-	(29)	-	(675)	(704)
Máquinas e equipamentos	(49.808)	-	(1.139)	-	14.686	(36.261)
Veículos	-	-	(1.606)	-	(442)	(2.048)
Móveis e utensílios	(35.404)	-	(612)	-	27.322	(8.694)
Subtotal	(85.212)	-	(3.386)	-	40.891	(47.707)
Imobilizado em curso						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	-	-	-	-	762	762
Máquinas e equipamentos	3.035	9.630	111	-	30.955	43.731
Veículos	-	434	-	-	6.185	6.619
Móveis e utensílios	2.891	3	-	(20)	703	3.577
Subtotal	5.926	10.067	111	(20)	38.605	54.689
Total do imobilizado	40.909	10.067	(3.275)	-	10.902	58.603
Ativo de direito de uso						
Terrenos	352	-	(201)	-	(2)	149
Imóveis	2.303	-	(4.932)	-	475	(2.154)
Veículos e outros meios de transporte	-	23.548	-	-	-	23.548
Subtotal	2.655	23.548	(5.133)	-	473	21.543
Total	43.564	33.615	(8.408)	-	11.375	80.146

A Companhia reavalia as vidas úteis anualmente para garantir que refletem a realidade, diante disso, as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ADMINISTRAÇÃO	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	3,33%
Veículos	14,29%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 31 de março de 2022:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	0,83
Imóveis	2,56
Veículos	1,86

15. Intangível

	31.03.2022			31.12.2021	
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em Serviço					
Direito de uso da concessão	5.396.268	(3.249.106)	(249.271)	1.897.891	1.835.952
Software	365.849	(241.159)	-	124.690	133.686
Bens de renda	107	-	-	107	12
Total	5.762.224	(3.490.265)	(249.271)	2.022.688	1.969.650

	Em serviço			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.485.574	(3.180.336)	(297.319)	2.007.919
Amortização	-	(100.515)	8.907	(91.608)
Transferência dos ativos contratuais	53.522	-	-	53.522
Saldo em 31 de março de 2021	5.539.096	(3.280.851)	(288.412)	1.969.833
Saldo em 31 de dezembro 2021	5.779.965	(3.548.623)	(261.692)	1.969.650
Amortização	-	(94.145)	8.907	(85.238)
Transferência dos ativos contratuais	63.335	-	-	63.335
Transferência para ativos imobilizado	(81.076)	152.503	3.514	74.941
Saldo em 31 de março de 2022	5.762.224	(3.490.265)	(249.271)	2.022.688

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil regulatória, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%
Software	20,00%

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Ativos contratuais

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão.

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 3,46% a.a. no trimestre findo em 31 de março de 2022 e 3,31% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

	31.03.2022		31.12.2021	
	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em Curso				
Direito de uso da concessão	1.199.075	(258.703)	940.372	736.740
Software	158.519	-	158.519	138.147
Total	1.357.594	(258.703)	1.098.891	874.887

	Em Curso		
	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	803.681	(222.901)	580.780
Adições	207.906	-	207.906
Capitalização de juros de empréstimos	84	-	84
Transferências para ativo intangível	(53.522)	-	(53.522)
Transferências para ativo indenizável	(8.729)	-	(8.729)
Saldo em 31 de março de 2021	949.420	(222.901)	726.519
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.110.318	(235.431)	874.887
Adições	404.184	-	404.184
Capitalização de juros de empréstimos	56	-	56
Reclassificação	23.272	(23.272)	-
Transferências para ativo intangível	(63.335)	-	(63.335)
Transferências para ativo indenizável	(91.336)	-	(91.336)
Reclassificação para ativo imobilizado	(25.565)	-	(25.565)
Saldo em 31 de março de 2022	1.357.594	(258.703)	1.098.891

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS****Trimestre findo em 31 de março de 2022**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Fornecedores

	31.03.2022	31.12.2021
Compra de Energia	164.463	251.446
Compra de Energia com partes relacionadas	185.835	188.831
Encargo de Uso da Rede	118.565	275.728
Encargo de Uso da Rede com partes relacionadas	27	27
Total energia	468.890	716.032
Materiais e serviços	563.212	572.133
Materiais e serviços com partes relacionadas	130.289	122.304
Total fornecedores	1.162.391	1.410.469

18. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O Supremo Tribunal Federal (“STF”) decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021. O STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 9 de setembro de 2021.

A Companhia possui uma ação judicial e foi cientificada em abril de 2019 do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de maio de 2001.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A partir de maio de 2019, em conformidade com a decisão transitada em julgado, a Companhia passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Em 17 de março de 2020 a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com base na decisão de 13 de maio de 2021 do STF, no tema de repercussão geral e sua melhor estimativa, a Companhia ajustou ativo e passivo considerando o ICMS destacado.

Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando em 31 de março de 2022 o montante total compensado de R\$ 531.423, sendo R\$ 75.431 durante o trimestre findo em 31 de março de 2022 (R\$ 61.469 durante o trimestre findo em 31 de março de 2021) e aguarda a definição da ANEEL acerca do mecanismo de repasse aos consumidores.

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	31.03.2022	31.12.2021
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		
Ativo circulante (nota 9)	465.103	473.748
Ativo não circulante (nota 9)	512.434	571.894
Total do Ativo	977.537	1.045.642
PIS/COFINS - consumidores a restituir		
Passivo circulante	465.103	473.748
Passivo não circulante	1.013.550	997.855
Total do Passivo	1.478.653	1.471.603

	31.03.2022	31.03.2021
Receita financeira		
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	14.578	3.643
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir	(14.578)	(3.643)

A seguir a movimentação do ativo e passivo de PIS/COFINS a restituir:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.309.965	1.446.312
Atualizações	3.643	3.643
Compensações	(61.469)	-
Outros	-	(74)
Saldo em 31 de março de 2021	1.252.139	1.449.881
Saldo em 31 de dezembro 2021	1.045.642	1.471.603
Atualizações	13.768	13.768
Compensações	(75.431)	-
Outros	(6.442)	(6.718)
Saldo em 31 de março de 2022	977.537	1.478.653

19. Obrigações fiscais

	31.03.2022	31.12.2021
Imposto de renda e contribuição social a pagar		
Imposto de renda - IRPJ (a)	-	13.131
Contribuição social - CSLL a pagar (a)	-	3.153
Total	-	16.284

Notas Explicativas


NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Obrigações fiscais federais						
REFIS IV - Federal (Previdenciário) (c)	420	664	1.084	638	1.169	1.807
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	18.057	-	18.057	18.209	-	18.209
Programa de integração social - PIS	3.884	-	3.884	3.928	-	3.928
PIS/COFINS/IRRF/CS (Retidos na Fonte)	8.138	-	8.138	8.202	-	8.202
Outros tributos e contribuições	1.256	-	1.256	-	-	-
Subtotal - Federais	31.755	664	32.419	30.977	1.169	32.146
Obrigações fiscais estaduais						
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (b)	217.191	2.439	219.630	190.366	-	190.366
Refis Parcelamento ICMS	633	-	633	6.841	-	6.841
Subtotal - Estaduais	217.824	2.439	220.263	197.207	-	197.207
Obrigações fiscais municipais						
Imposto sobre serviços - ISS	5.494	-	5.494	5.016	-	5.016
Outros tributos e contribuições	9	-	9	8	-	8
Subtotal - Municipais	5.503	-	5.503	5.024	-	5.024
Total outros tributos a pagar	255.082	3.103	258.185	233.208	1.169	234.377

- (a) O saldo em 31 de março de 2021 é composto por provisões para imposto de renda e contribuição social líquidos das antecipações conforme a seguir:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Impostos a pagar	-	125.578	-	57.900
Antecipações de impostos	-	(112.447)	-	(54.747)
Saldo final	-	13.131	-	3.153

- (b) O ICMS é apurado e recolhido mensalmente, conforme Decreto nº 24.569/97. A apuração do ICMS é no mês seguinte da competência e o recolhimento é feito no dia 20 do próprio mês da apuração. O saldo em 31 de março de 2022 de R\$ 219.630 (R\$ 190.366 em 31 de dezembro de 2021), está principalmente relacionado ao ICMS incidente sobre as faturas de energia elétrica.
- (c) A Companhia aderiu, em 30 de setembro de 2009 o REFIS IV (Lei nº 11.941/2009) nos montantes de R\$ 25.075 e R\$ 20.692 sem redução e com redução respectivamente referentes a débitos federais previdenciários e tem como saldo a pagar no curto prazo no exercício findo em 31 de março de 2022 o montante de R\$ 420 (saldo de R\$ 638 em 31 de dezembro de 2021) e no longo prazo o montante de R\$ 664 (saldo de R\$ 1.169 em 31 de dezembro de 2021), tendo sua última parcela a ser paga em dezembro de 2022 atualizada pela SELIC.

	31.03.2022	31.12.2021
	REFIS IV FEDERAL	REFIS IV FEDERAL
Saldo inicial	1.807	4.719
(-) Pagamento principal	(386)	(1.541)
(-) Pagamento juros	(400)	(1.543)
(+) Atualização	63	172
Saldo final	1.084	1.807



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de cada captação.

	31.03.2022					31.12.2021				
	Circulante			Não Circulante	Total Circulante + Não Circulante	Circulante			Não Circulante	Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Principal		Encargos	Principal	Total	Principal	
Moeda estrangeira:										
União Federal – Bônus de Desconto	29	-	29	5.418	5.447	15	-	15	6.368	6.383
União Federal – Bônus ao Par	221	-	221	7.765	7.986	118	-	118	9.126	9.244
SCOTIABANK 4131 III	1.059	370.311	371.370	-	371.370	-	-	-	-	-
SCOTIABANK 4131	-	-	-	-	-	2.635	-	2.635	435.084	437.719
BNP 4131 II - COELCE	20	-	20	111.515	111.535	732	-	732	131.020	131.752
BNP 4131 III - COELCE	-	-	-	-	-	537	131.020	131.557	-	131.557
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	576	-	576	190.612	191.188	1.578	-	1.578	223.955	225.533
Sumitomo 4131 - COELCE	2.342	-	2.342	237.485	239.827	1.270	-	1.270	279.025	280.295
Citibank 4131 - COELCE	60	-	60	261.234	261.294	-	-	-	-	-
Total moeda estrangeira	4.307	370.311	374.618	814.029	1.188.647	6.885	131.020	137.905	1.084.578	1.222.483
Moeda nacional:										
Empréstimos e financiamentos										
Eletrobrás	-	2.092	2.092	943	3.035	-	2.449	2.449	1.347	3.796
BNDES FINAME (Capex 2012-2013)	7	4.121	4.128	1.030	5.158	8	4.121	4.129	2.061	6.190
FINEP	2	23	25	640	665	2	-	2	663	665
BNB II	304	48.042	48.346	246.753	295.099	317	48.379	48.696	258.435	307.131
Empréstimos e financiamentos - Moeda nacional	313	54.278	54.591	249.366	303.957	327	54.949	55.276	262.506	317.782
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas										
Enel Finance International N.V.	5.686	-	5.686	500.000	505.686	15.237	-	15.237	500.000	515.237
Mútuos Enel BR	9.118	764.559	773.677	-	773.677	1.116	211.097	212.213	-	212.213
Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	14.804	764.559	779.363	500.000	1.279.363	16.353	211.097	227.450	500.000	727.450
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional	15.117	818.837	833.954	749.366	1.583.320	16.680	266.046	282.726	762.506	1.045.232
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional e moeda estrangeira	19.424	1.189.148	1.208.572	1.563.395	2.771.967	23.565	397.066	420.631	1.847.084	2.267.715

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Trimestre findo em 31 de março de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos saldos referentes a empréstimos e financiamentos está assim apresentada:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	67.116	304.580	570.441	14.429	956.566
Captações	-	500.000	-	400.000	900.000
Encargos provisionados	3.562	-	2.855	-	6.417
Encargos pagos	(1.579)	-	(3.773)	-	(5.352)
Variação monetária e cambial	-	9.239	92.240	-	101.479
Transferências	22.628	(22.628)	(50.960)	50.960	-
Amortizações	(21.056)	-	(434.833)	-	(455.889)
Saldo em 31 de março de 2021	70.671	791.191	175.970	465.389	1.503.221
Saldo em 31 de dezembro de 2021	282.726	762.506	137.905	1.084.578	2.267.715
Captações	-	684.143	-	271.700	955.843
Encargos provisionados	31.725	-	4.645	-	36.370
Encargos pagos	(33.288)	-	(6.587)	-	(39.875)
Variação monetária e cambial	-	6.447	(2.339)	(189.071)	(184.963)
Transferências	703.730	(703.730)	353.178	(353.178)	-
Amortizações	(150.939)	-	(112.184)	-	(263.123)
Saldo em 31 de março de 2022	833.954	749.366	374.618	814.029	2.771.967

A curva de amortização de principal dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante está assim apresentada:

31.03.2022					
2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total não Circulante
229.062	410.819	809.868	48.635	65.011	1.563.395



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

a) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o período findo em 31 de março de 2022:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
Mútuo Coelce - Enel BR III	70.429	05/01/2022	13/04/2022	Bullet	Bullet	CDI + 1,08%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR IV	110.556	31/01/2022	24/03/2022	Bullet	Bullet	CDI + 1,08%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR V	100.638	15/02/2022	18/04/2022	Bullet	Bullet	CDI + 1,08%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR VI	50.315	21/02/2022	22/04/2022	Bullet	Bullet	CDI + 0,73%	Capital de giro	N/A
CITIBANK 4131 - COELCE	271.700	24/03/2022	21/03/2025	Bullet	Anual	USD SOFR +	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR VII	352.205	04/03/2022	21/03/2025	Bullet	Bullet	CDI + 0,73%	Capital de giro	N/A

Para mitigar o risco da variação cambial da captação realizada em moeda estrangeira, foram contratadas operações de swap, trocando taxas e valores pactuados em dólar por valores em reais. Os custos das operações de swap pactuadas encontram-se descritos abaixo:

Empréstimo	Custo swap
SCOTIABANK 4131 III	CDI + 0,80 a.a
BNP 4131 II - COELCE	CDI + 1,18 a.a
BNP 4131 III - COELCE	CDI + 0,55 a.a
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	CDI + 1,25 a.a
SUMITOMO 4131 - COELCE	CDI + 1,12 a.a
CITIBANK 4131 - COELCE	CDI + 1,17 a.a

b) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no período findo em 31 de março de 2022:



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
União Federal – Bônus de Desconto	2.430	07/04/2006	15/04/2024	Bullet	Semestral	USD + Libor + 1,0125% a.a.	Refinanciamento dívida	Recebíveis e conta reserva
União Federal – Bônus ao Par	3.501	07/04/2006	15/04/2024	Bullet	Semestral	USD + 6,2% a.a.	Refinanciamento dívida	Recebíveis e conta reserva
Eletrobrás	78.115	13/01/2009	30/10/2023	Mensal	Mensal	6% a.a.	Luz Para Todos	Recebíveis e nota promissória
BNDES FINAME (Capex 2012-2013)	37.091	26/08/2013	15/06/2023	Mensal	Mensal	3,00% a.a.	Financiamento do CAPEX	Recebíveis
BNB II	340.351	29/03/2018	15/04/2028	Mensal	Mensal	IPCA + 2,18% a.a.	Financiamento de projetos de	Fiança bancária, conta reserva
FINEP	663	17/04/2020	15/01/2030	Mensal	Mensal	TJLP + 1 % a.a.	Financiamento do CAPEX	Fiança bancária
SCOTIABANK 4131III	400.000	06/01/2021	06/01/2023	Bullet	Semestral	USD + 1,225% a.a.	Capital de giro	N/A
EFI - Credit Agreement	500.000	02/03/2021	02/03/2025	Bullet	Bullet	CDI + 1,18%	Capital de giro	N/A
BNP 4131 II - COELCE	135.000	01/04/2021	28/03/2024	Bullet	Semestral	USD + 2,14% a.a.	Capital de giro	N/A
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	210.000	16/07/2021	17/07/2023	Bullet	Semestral	USD + 1,51% a.a.	Capital de giro	N/A
Sumitomo 4131 - COELCE	278.250	15/10/2021	15/10/2024	Bullet	Semestral	USD + 2,13% a.a.	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR I	190.971	13/12/2021	04/04/2022	Bullet	Bullet	CDI + 1,08%	Capital de giro	N/A

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e nos empréstimos com Eletrobrás, BNP e Scotiabank a Companhia comprometeu-se a cumprir as obrigações financeiras descritas no quadro abaixo, durante a vigência dos contratos, as quais foram atendidas de forma apropriada em 31 de março de 2022:

Contratos	Obrigações Especiais Financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração dos Índices
BNDES	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES	Endividamento financeiro líquido / Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	0,60	Anual
Eletrobrás	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,00	Anual
Scotiabank, BNP e Citibank 4131	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral

BNDES

- Endividamento bancário líquido para fins de cálculo dessa obrigação corresponde aos empréstimos e financiamentos bancários líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (últimos 12 meses).

Eletrobras

- Endividamento financeiro líquido considera empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos do valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa o lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização, provisões para processos judiciais e outros e perda esperada com créditos de liquidação duvidosa (últimos 12 meses).

SCOTIABANK 4131 E BNP 4131 E SUMITOMO 4131

- Endividamento financeiro líquido considera empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos do valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa e baixas de títulos incobráveis. (Últimos 12 meses).



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Debêntures

As debêntures são mensuradas pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de cada captação.

	31.03.2022				31.12.2021			
	Circulante		Não circulante	Total Circulante + Não Circulante	Circulante		Não circulante	Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal	Principal		Encargos	Principal	Principal	
1ª Série 5ª emissão	5.414	175.000	-	180.414	798	175.000	-	175.798
2ª Série 5ª emissão	3.300	-	191.196	194.496	519	-	186.845	187.364
1ª Série 6ª emissão	1.255	-	40.000	41.255	185	-	40.000	40.185
2ª Série 6ª emissão	6.032	-	338.627	344.659	949	-	330.922	331.871
1ª Série 7ª emissão	950	175.000	-	175.950	7.819	175.000	175.000	357.819
2ª Série 7ª emissão	765	-	364.740	365.505	12.800	-	356.440	369.240
(-) Custo de transação	-	(1.741)	(5.867)	(7.608)	-	(1.740)	(6.584)	(8.324)
Total de debêntures	17.716	348.259	928.696	1.294.671	23.070	348.260	1.082.623	1.453.953

As debêntures são simples e não conversíveis em ações.

A movimentação dos saldos referentes a debêntures está assim apresentada:



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	190.570	1.343.013	1.533.583
Atualização monetária	-	19.574	19.574
Encargos provisionados	15.617	-	15.617
Encargos pagos	(18.683)	-	(18.683)
Transferências	172.543	(172.543)	-
Apropriação custo de transação	716	-	716
Saldo em 31 de março de 2021	360.763	1.190.044	1.550.807
Saldo em 31 de dezembro de 2021	371.330	1.082.623	1.453.953
Atualização monetária	-	20.357	20.357
Amortizações	(175.000)	-	(175.000)
Encargos provisionados	25.936	-	25.936
Encargos pagos	(31.291)	-	(31.291)
Transferências	174.284	(174.284)	-
Apropriação custo de transação	716	-	716
Saldo em 31 de março de 2022	365.975	928.696	1.294.671

As principais características das debêntures, obtidas em exercícios anteriores e vigentes no período findo em 31 de março de 2022, estão descritas a seguir:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Vencimento inicial	Vencimento final	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Quantidade de títulos	Finalidade
1ª Série 5ª emissão	350.000	15/12/2017	15/12/2021	15/12/2022	Semestral	CDI+0,80% a.a	Anual	175	Implementação de programas de investimento
2ª Série 5ª emissão	150.000	15/12/2017	15/12/2023	15/12/2024	Semestral	IPCA + 6,0013% a.a.	Anual	150	Implementação de programas de investimento
1ª Série 6ª emissão	40.000	15/06/2018	15/06/2023	15/06/2023	Semestral	CDI+0,95% a.a	Bullet	40	Implementação de programas de investimento
2ª Série 6ª emissão	270.000	15/06/2018	15/06/2024	15/06/2025	Semestral	IPCA + 6,1965% a.a.	Anual	270	Implementação de programas de investimento
1ª Série 7ª emissão	350.000	15/03/2019	15/03/2022	15/03/2023	Semestral	CDI+0,5% a.a	Anual	350	Reperfilamento de dívidas
2ª Série 7ª emissão	300.000	15/03/2019	15/03/2024	15/03/2024	Anual	IPCA + 4,50% a.a.	Bullet	300	Reperfilamento de dívidas

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção dos índices financeiros demonstrados abaixo, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações (informações) financeiras. No trimestre findo em 31 de março de 2022, a Companhia cumpriu com os referidos índices.



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1ª Série e 2ª Série (5ª, 6ª e 7ª emissão)	
Obrigações especiais financeiras	Limite
Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50

▪ Dívida líquida:

Significa a soma de (a) empréstimos, financiamentos, debêntures, *intercompany*; (b) obrigações comprovadas com o fundo de pensão dos empregados da (não considerando para fins desta definição o passivo atuarial); (c) saldo líquido de operações de derivativos; menos o resultado da soma (a) do numerário disponível em caixa; (b) dos saldos líquidos de contas correntes bancárias credoras e devedoras; e (c) dos saldos de aplicações financeiras.

▪ LAJIDA:

Significa o lucro ou prejuízo da Emissora, relativo aos últimos doze meses, antes de contribuição social e imposto de renda, equivalência patrimonial, resultados financeiros, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, baixas de títulos incobráveis, depreciação, baixa de ativos imobilizados, amortização, efeitos de teste de “*impairments*” e ajustes positivos e negativos da CVA – Conta das Variações da Parcela A, desde que não incluídos no resultado operacional.

A seguir é apresentada a curva de amortização das debêntures registradas no passivo não circulante:

	2023	2024	2025	Total
1ª Série 5ª emissão	-	-	-	-
2ª Série 5ª emissão	116.196	75.000	-	191.196
1ª Série 6ª emissão	40.000	-	-	40.000
2ª Série 6ª emissão	-	203.627	135.000	338.627
1ª Série 7ª emissão	-	-	-	-
2ª Série 7ª emissão	-	364.740	-	364.740
(-) Custo de transação	(2.524)	(2.531)	(812)	(5.867)
Total a amortizar	153.672	640.836	134.188	928.696

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Obrigações por arrendamento

Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, contendo informações acerca dos seguintes assuntos: Aspectos Conceituais do CPC 06 (R2); (ii) Taxa Incremental de Empréstimos – IBR; (iii) PIS e COFINS a recuperar – Tratamento Contábil; (iv) PIS e COFINS embutidos no Passivo de Arrendamento – Tratamento Contábil; e (v) Evidenciação – Nota Explicativa.

A Companhia avaliou os assuntos abordados no ofício em questão, e concluiu que: as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos – IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão.

Os saldos em 31 de março de 2022 das obrigações por arrendamentos são demonstrados como segue:

	31.03.2022	31.12.2021	Vencimento	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
<u>Obrigações por arrendamento:</u>						
Terrenos	304	351	10/05/2023	10	Mensal	de 5,83% a.a até 6,78% a.a
Imóveis	1.911	2.153	02/11/2031	31	Mensal	de 4,76% a.a até 12,51% a.a
Veículos	15.158	18.082	26/10/2021	22	Mensal	de 11,49% a.a até 11,73% a.a
Total	17.373	20.586				
Circulante	14.287	14.200				
Não circulante	3.086	6.386				

A curva de amortização das obrigações por arrendamentos do passivo circulante e não circulante está assim apresentada:

	31.03.2022		
	Principal	Juros	Total
Até um ano - 2022	15.385	(1.098)	14.287
Posterior a um ano, porém menor que cinco anos	3.312	(226)	3.086
Até 2 anos - 2023	2.598	(149)	2.449
Até 3 anos - 2024	438	(37)	401
Até 4 anos - 2025	84	(19)	65
2026 em diante	192	(21)	171
Total circulante e não circulante	18.697	(1.324)	17.373

A seguir é demonstrada a movimentação das obrigações por arrendamentos:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Moeda Nacional		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.944	1.325	4.269
Pagamentos de principal	(457)	-	(457)
Pagamentos de juros	(54)	-	(54)
Transferências	288	(288)	-
Encargos provisionados	54	-	54
Saldo em 31 de março de 2021	2.775	1.037	3.812
Saldo em 31 de dezembro de 2021	14.200	6.386	20.586
Pagamentos de principal	(3.198)	-	(3.198)
Pagamentos de juros	(493)	-	(493)
Transferências	3.300	(3.300)	-
Encargos provisionados	478	-	478
Saldo em 31 de março de 2022	14.287	3.086	17.373

23. Encargos setoriais

As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº26. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

	31.03.2022	31.12.2021
Conta de desenvolvimento energético – CDE-Conta Covid (a)	14.938	14.938
Pesquisa e desenvolvimento-("P&D")	42.997	40.686
Programa de Eficiência Energética- ("PEE")	51.368	47.575
Conta centralizadora de recursos de bandeira tarifária - CCRBT	69.068	-
Outros	3.170	3.208
Total	181.541	106.407
Circulante	173.059	98.371
Não Circulante	8.482	8.036

(a) Por meio da Despacho nº 939 de abril de 2021, a Aneel homologou nesse primeiro ciclo tarifário, os prazos de recolhimento e os valores das quotas mensais da CDE CONTA COVID, para amortização da operação de crédito contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE na gestão da CONTA COVID, nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 2020.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Partes relacionadas

Natureza da transação	Parte relacionada	Vigência	31.03.2022				31.12.2021				Receita (Despesa)		Intangível
			Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Intangível	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Intangível	31.03.2022	31.03.2021	31.03.2021
Benefícios pós-emprego	Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE	Até o final da concessão	-	1.338	62.400	-	-	1.338	62.615	-	-	(2.163)	280
Comissão (Propaganda/publicidade/venda em	ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	1.041	-	-	-	843	-	-	-	267	276	-
Prestação de serviços de desenvolvimento	ENEL X Brasil S.A.	Setembro de 2018 a Setembro de 2021	-	1.766	-	-	-	1.864	-	-	(184)	(419)	-
Prestação de serviços técnicos e gestão, conforme despacho nº 560 de Compartilhamento das despesas de	ENEL Brasil S.A.	Março de 2020 a Março de 2025	-	38.127	-	-	-	31.297	-	-	-	-	-
	ENEL Brasil S.A.	Fevereiro de 2024	-	60.741	-	-	-	59.588	-	-	-	-	-
	ENEL Green Power Projetos I S.A.		-	763	-	-	-	744	-	-	(2.212)	(2.008)	-
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF		-	184.396	-	-	-	187.266	-	-	(411.451)	(339.855)	-
	ENEL Green Power Parapanema		-	100	-	-	-	97	-	-	(281)	(251)	-
	ENEL Green Power Mourão		-	28	-	-	-	28	-	-	(81)	(72)	-
	ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.	Até o final da concessão	-	85	-	-	-	106	-	-	(194)	(175)	-
	ENEL Green Power Fazenda S.A.		-	46	-	-	-	60	-	-	(130)	(117)	-
	ENEL Green Power Salto Apiacas S.A.		-	140	-	-	-	175	-	-	(321)	(289)	-
	ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.		-	123	-	-	-	142	-	-	(280)	(251)	-
	ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.		-	154	-	-	-	213	-	-	(260)	(233)	-
Encargo de uso do sistema de Consumo Próprio	ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	845	27	-	-	845	27	-	-	(954)	(869)	-
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF	Até o final da concessão	1	-	-	-	-	-	-	-	24	22	-
Dividendos	ENEL Brasil S.A.	Dezembro de 2020 a dezembro de 2021	-	156.880	-	-	-	156.860	-	-	-	-	-
Comissão de Fiança	ENEL Brasil S.A.	Julho de 2019 a abril 2028	-	211	-	-	-	484	-	-	(261)	(261)	-
Mútuo	ENEL Brasil S.A.	Dezembro de 2021 a Fevereiro de 2022	-	773.677	-	-	-	212.213	-	-	(14.146)	-	-
Mútuo	ENEL Finance International N.V.	março de 2021 a março de 2025	-	5.686	500.000	-	-	15.237	500.000	-	(15.865)	(1.566)	-
	ENEL SPA		670	-	-	-	670	-	-	-	-	-	-
	CODENSA		-	74	-	-	-	87	-	-	-	(32)	-
	ENEL Itália	Até o final da concessão	-	96	-	-	-	-	-	-	(122)	(16)	-
	ENEL AMERICAS		-	527	-	-	-	618	-	-	91	(122)	-
	ENEL Global Infrastructure and Network		-	1.190	-	-	-	1.278	-	-	(132)	(300)	-
	ENEL Iberoamérica		-	753	-	-	-	899	-	-	-	-	-
	ENEL Distribuição Rio - AMPLA		232	2.636	-	-	232	2.636	-	-	-	-	-
	ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO		514	7.015	-	-	514	6.976	-	-	-	-	-
	ENEL CIEN S.A.		-	280	-	-	-	278	-	-	-	-	-
	ENEL Distribuição Goiás - CELG D		2.115	305	-	-	2.115	305	-	-	-	-	-
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Fevereiro de 2024	144	1.527	-	-	144	1.527	-	-	-	-	-
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF		344	5.416	-	-	353	5.594	-	-	-	-	-
	ENEL Green Power Projetos I S.A.		461	-	-	-	461	-	-	-	-	-	-
	ENEL Green Power Brasil Participações LTDA		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	ENEL Brasil S.A.		4.923	9.836	-	-	3.975	9.337	-	-	-	-	-
			11.290	1.253.923	562.400	-	10.152	697.294	562.615	-	(446.492)	(348.701)	280
		(-) Benefícios pós-emprego	-	1.338	62.400	-	-	1.338	62.615	-	-	(2.163)	280
	TOTAL DE PARTES RELACIONADAS		11.290	1.252.585	500.000	-	10.152	695.956	500.000	-	(446.492)	(346.538)	-

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos a receber de partes relacionadas não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de março de 2022 e 2021.

Suprimento de energia – CCEAR e sistema de transmissão e MVE

Os contratos de suprimento de energia – CCEAR e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações. O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a Enel CIEN S.A. e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS.

Compartilhamento

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 6 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

Mútuo

Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement): Em 2 de março de 2021 a Companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro, em reais, com a Enel Finance International N.V no valor de R\$ 500.000 com vencimento em 02 de março de 2025 a uma taxa de CDI + 1,18 a.a. A operação foi aprovada pelo Conselho de Administração, de acordo com as disposições estatutárias, e contratada conforme as características aprovadas previamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio do despacho Nº 2.979 de 11 de dezembro de 2018. O saldo desse mútuo em 31 de março de 2022 é de R\$ 505.686.

Em dezembro de 2021 a Companhia realizou duas operações de mútuos com a sua controladora Enel Brasil com o objetivo de reforço de capital de giro. As operações tiveram início nos dias 13 e 21 de dezembro, nos montantes de R\$ 190.971 e R\$ 20.125 respectivamente, com vencimentos em janeiro e fevereiro de 2022 e a uma taxa de CDI + 1,08% a.a. O mútuo que previa vencimento em janeiro de 2022, foi renovado com novo vencimento para fevereiro. Em janeiro, fevereiro e março de 2022, a Companhia realizou cinco novas operações de mútuos, nos montantes de R\$ 70.429, R\$ 110.556, R\$ 100.638, R\$ 50.315 e 352.205, com vencimentos em março, abril e maio de 2022 a uma taxa de CDI + 1,08 e CDI + 0,73.

	31.03.2022			31.12.2021		
	Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante
	Encargo	Principal		Encargo	Principal	
Empréstimos com partes relacionadas						
Enel Finance International N.V.	5.686	-	500.000	15.237	-	500.000
Mútuos Enel BR	9.118	764.559		1.116	211.097	-
Total de Empréstimos com partes relacionadas	14.804	764.559	500.000	16.353	211.097	500.000

	31.03.2022	31.12.2021
Efeito no resultados dos encargos		
Enel Finance International N.V.	25.416	28.860
Mútuos Enel BR	6.144	1.116
Total de efeito no resultados dos encargos	31.560	29.976

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Remuneração da administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos exercícios findos em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 está demonstrada a seguir. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém, ainda, benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	31.03.2022	31.03.2021
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)	2.718	1.409
Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida)	16	15
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	-	104
Total	2.734	1.528

	31.12.2021	31.12.2020
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)	5.394	4.840
Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida)	63	53
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	416	362
Total	5.873	5.255

25. Obrigações com benefício pós-emprego

A movimentação contábil do passivo registrado aberto por plano (assistência médica, FGTS e Benefício Definido), estão representados a seguir:

	Benefício Definido	Contribuição Definida	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldo em 31 de dezembro 2021	-	-	63.953	25.362	89.315
Custo do serviço corrente	(152)	(10)	65	258	161
Custo dos juros líquidos	(7)	(2)	1.440	456	1.887
Contribuições reais do empregador	(16)	-	(1.534)	(526)	(2.076)
Perdas (ganhos) sobre a obrigação atuarial	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2022	(175)	(12)	63.924	25.550	89.287
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	76.941	34.987	111.928
Custo do serviço corrente	(2)	36	85	351	470
Custo dos juros líquidos	(3)	(2)	1.366	332	1.693
Contribuições reais do empregador	(41)	-	(1.193)	(933)	(2.167)
Saldo em 31 de março de 2021	(46)	34	77.199	34.737	111.924

Despesas reconhecidas nos exercícios:

	31.03.2022	31.03.2021
Custo do serviço corrente	161	470
Custos dos juros	1.887	1.693
Total de despesas	2.048	2.163

O custo do serviço líquido são registros como custos e despesas com pessoal. Os juros líquidos são registrados no resultado financeiro.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Trimestre findo em 31 de março de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Provisão para processos judiciais e outros

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

26.1 Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificada como provável

	31.12.2021	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	31.03.2022
Trabalhistas (a)	35.387	5.294	(3.314)	(573)	(1.298)	35.496
Cíveis (b)	136.829	13.821	(12.365)	4.838	(8.228)	134.895
Fiscais (c)	10	936	-	-	(10)	936
Regulatório (c)	69.129	-	(4.581)	952	(3.227)	62.273
Sub-total	241.355	20.051	(20.260)	5.217	(12.763)	233.600
Outros Provisões (d)	3.987	-	-	-	-	3.987
Total	245.342	20.051	(20.260)	5.217	(12.763)	237.587

	31.12.2020	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	31.12.2021
Trabalhistas (a)	29.733	9.427	(9.092)	6.810	(1.491)	35.387
Cíveis (b)	121.936	44.608	(36.476)	37.386	(30.625)	136.829
Fiscais (c)	-	57	-	-	(47)	10
Regulatório (c)	42.860	35.916	(24.740)	15.477	(384)	69.129
Sub-total	194.529	90.008	(70.308)	59.673	(32.547)	241.355
Outros Provisões (d)	-	14.558	-	-	(10.571)	3.987
Total	194.529	104.566	(70.308)	59.673	(43.118)	245.342

As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

a) Riscos trabalhistas

Estão relacionados à indenização por acidentes, responsabilidade solidária, adicional de periculosidade, verbas rescisórias, reintegração, abono salarial, diferenças salariais, horas extras, e outros processos trabalhistas.

b) Riscos cíveis

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria, sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais. Engloba processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Riscos regulatórios

c1). Auto de Infração SFE-0032-18, tema geração distribuída, no valor original de R\$ 13.035. Após apreciação do recurso apresentado pela Companhia, a Diretoria da ANEEL decidiu pela manutenção do valor total da penalidade de multa de R\$ 13.035. Em outubro de 2020 houve pagamento parcial da multa no montante principal de R\$ 6.435 e juros de R\$ 547. O montante provisionado atualizado até 31 de março de 2022

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

corresponde a R\$ 3.767. que permanece em discussão judicial. O valor restante, está classificado como possível.

- c2).** Auto de Infração nº 0002/2019-ARCE-SFE - tema teleatendimento. A ANEEL decidiu, em processo da CEB - Companhia Energética de Brasília na 7ª Reunião Pública Ordinária de 10 de março de 2020, que a Não Conformidade NC.1, referente a “Falha no envio de informações solicitadas pela fiscalização” que é similar à Não Conformidade NC.1 do AI da Companhia, deveria ser cancelada visto que “a regulamentação não determina expressamente como deve funcionar o programa que calcula os indicadores de qualidade do serviço de teleatendimento neste nível de detalhamento”. Portanto, houve a reversão do montante equivalente da Não-Conformidade 1 (NC.1) de R\$ 1.388, em abril 2020. Em setembro de 2020, o Conselho Diretor da ARCE decidiu pelo parcial provimento do recurso, reduzindo o valor da multa aplicada pela ARCE para R\$ 3.793. O montante provisionado atualizado até 31 de março de 2022 corresponde a R\$ 4.332. A Companhia apelou em segunda instância (ANEEL) e aguarda apreciação do recurso pela agência nacional.
- c3).** Auto de Infração nº 0002/2020-ARCE-SFE 2018 e 2019, relacionado à fiscalização dos indicadores de continuidade DEC FEC, no valor de R\$ 26.061. A Companhia efetuou em junho de 2020 uma provisão parcial do referido auto no montante de R\$ 22.998. Em maio de 2021, após juízo de reconsideração do Conselho Diretor da ARCE, houve redução do valor do auto de infração AI-0002/2020-ARCE-SFE de R\$ 26.019 para R\$ 22.139, ocorrendo a reversão de R\$ 858. Em dezembro de 2021, a partir de nova expectativa de êxito no recurso interposto pela Companhia, houve reversão de R\$ 14.565, sendo este valor classificado como possível. Em 3 de março de 2022, a Diretoria da ANEEL decidiu por reconhecer o recurso interposto pela Enel CE e reduzir o valor da infração para 2.993. Em 24 de março de 2022, foi realizado o pagamento do AI 002-2020-ARCE-SFE referente à multa por descumprimento dos indicadores DEC/FEC nos anos de 2018 e 2019 (R\$ 3.227, sendo R\$ 2.993 principal e R\$ 234 de atualização financeira. Em 31 de março de 2022, o saldo final da contingência foi revertido, no valor de R\$ 4.581.
- c4).** Auto de Infração nº 0025/2013-ARCE-SFE, agravado pela ANEEL em segunda instância, e está em discussão no âmbito judicial. Sendo o valor atual da multa R\$ 1.691. O montante provisionado atualizado até 31 de março de 2022 corresponde a R\$ 2.583. O valor restante, está classificado como possível.
- c5).** Auto de Infração SFF-AI-0097-12-C referente à Base de Remuneração, recebido em agosto de 2012, no valor de R\$ 20.637. Após interposição de recurso pela Companhia, a ANEEL reduziu o valor da penalidade para o montante de R\$ 11.188. O montante provisionado atualizado até 31 de março de 2022 corresponde a R\$ 23.772. O processo está em discussão no âmbito judicial.
- c6).** Auto de Infração SFE-AI-0010-21-C, recebido em agosto de 2021, relacionado à fiscalização dos indicadores de continuidade DEC FEC 2020, no valor de R\$ 35.916. Após interposição de recurso pela Companhia, a ANEEL reduziu o valor da penalidade para o montante de R\$ 31.828. O processo está em discussão no âmbito administrativo. Em dezembro de 2021, a partir de nova expectativa de êxito no recurso interposto pela Companhia, houve reversão de R\$ 5.319, sendo este valor classificado como possível. O montante provisionado atualizado até 31 de março de 2022 corresponde a R\$ 27.816.

d) Outras provisões

A Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

26.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível (contingentes)

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	31.03.2022	31.12.2021
Trabalhistas (a)	197.053	585.523
Cíveis (b)	1.808.593	1.743.513
Fiscais (c)	978.796	874.171
Juizados especiais	1.591	2.109
Regulatórios	4.552	25.276
Total	2.990.585	3.230.592

A Companhia apresenta a seguir os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão:

a) Trabalhistas

No âmbito trabalhista, refere-se a ações de empregados próprios e terceiros. Nesse caso, englobam ações de empresas terceirizadas ativas no mercado e/ou com contratos ativos. Também existem ações cujas teses possuem chances de mudanças em instâncias superiores, além de processos em fase inicial, sem decisão ainda. Incluem-se na base, ações previdenciárias que passaram a ser considerados no relatório de contingência 41 casos com prognóstico possível que totalizam R\$ 105.364 em 31 de março de 2022 (R\$ R\$498.066 em 31 de dezembro de 2021), o valor reduziu em decorrência de ajuste no índice de atualização aplicado, anteriormente o cálculo era realizado aplicando-se a SELIC capitalizada e agora é feito com a aplicação da SELIC simples.

b) Cíveis

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. Engloba, ainda, ações referentes a reajustes e revisões tarifárias, indenizações por danos materiais e/ou morais que envolva acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica. No âmbito da contingência ativa, a Companhia possui ações de desapropriação e anulatórias de multas oriundas de órgão de defesa do consumidor ou agência reguladora.

c) Fiscal

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c1). Temas estaduais

No âmbito estadual, a Companhia discute substancialmente: (i) regime especial originado do termo de acordo nº 035/91; (ii) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (iii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e transferência de créditos; (iv) cancelamento de faturas; (v) estorno de crédito – consumidor baixa renda e outros; (vi) valor do imposto em determinadas operações; (vii) energia adquirida para consumo próprio e (viii) diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais. Em janeiro de 2022 a Companhia recebeu 8 novos autos no montante total de R\$ 94.159 (4 relativos a temas supracitados e 4 novos temas – ICMS sobre Fundo Estadual de Combate à Pobreza de clientes isentos e ICMS de alguns clientes de geração distribuída). Os montantes envolvidos, em todos os casos (incluídos os 8 novos), totalizam R\$ 816.742 em 31 de março de 2022 (R\$ 723.701 em 31 de dezembro de 2021).

c2). Temas municipais

No âmbito fiscal municipal, a Companhia possui processos judiciais e administrativos com os municípios de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R\$ 55.095 e R\$ 4.808 em 31 de março de 2022 (R\$ 44.957 e R\$ 4.735 em 31 de dezembro de 2021). Há ainda alguns autos de infração lavrados pelos municípios de Sobral, Ipueiras, Parambu, Caucaia, Cascavel e Várzea Alegre. O valor total atualizado desses autos, em 31 de março de 2022 é de R\$ 12.370 (R\$ 11.835 em 31 de dezembro de 2021).

Também há auto de infração lavrado pelo município de Crato para cobrar diferença de contribuição de iluminação pública. O valor atualizado em 31 de março de 2022 é de R\$ 14.259 (R\$ 14.023 em 31 de dezembro de 2021).

c3). Temas federais

No âmbito federal, a Companhia possui processos administrativos e judiciais referentes a IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e PASEP. O valor total atualizado desses casos é de R\$ 54.074 em 31 de março de 2022 (R\$ 53.776 em 31 de dezembro de 2021).

d) Regulatórios

No âmbito regulatório, a Companhia possui valores classificados como possíveis referentes a processos administrativos punitivos junto à ARCE/ANEEL, a saber: (i) R\$ 3.767, referente ao Auto de Infração SFE-0032-18, tema geração distribuída e (ii) R\$784, referente ao Auto de Infração nº 0025/2013-ARCE-SFE, tema Qualidade do Atendimento Comercial.

26.3 Depósitos vinculados a litígios

A Companhia possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	31.03.2022	31.12.2021
Trabalhistas	18.284	18.210
Cíveis	28.528	26.731
Fiscais	3.908	3.857
Total	50.720	48.798

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$ 914.346 em 31 de março de 2022 (R\$ 914.346 em 31 de dezembro de 2021). Em 26 de abril de 2021 foi realizado o aumento de capital no montante de R\$ 22.100, via capitalização de reservas, sem emissão de ações. As ações não apresentam valor nominal e são assim distribuídas:

	31.03.2022	31.12.2021
	(Em unidades)	(Em unidades)
Ações Ordinárias	48.067.937	48.067.937
Ações Preferenciais A	28.252.700	28.252.700
Ações Preferenciais B	1.534.662	1.534.662
Total	77.855.299	77.855.299

	Ações preferenciais (em unidade)						Total (em unidades)	
	Classe A		Classe B		Total (I)		(I) + (II)	
Enel Brasil S.A.	10.588.006	37,48%	424	0,03%	10.588.430	35,55%	57.652.675	74,05%
Eletrobrás	3.967.756	14,04%	1.531.141	99,77%	5.498.897	18,46%	5.498.897	7,06%
Outros	13.696.938	48,48%	3.097	0,20%	13.700.035	45,99%	14.703.727	18,89%
Total de Ações	28.252.700	100,00%	1.534.662	100,00%	29.787.362	100,00%	77.855.299	100,00%

b) Capital social autorizado

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei nº 6.404/76, o estatuto social, em seu artigo 5º, parágrafo primeiro, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 300.000.000.000 de ações sem valor nominal, sendo 100.000.000.000 ações ordinárias, 193.352.996.180 ações preferenciais Classe A e 6.647.003.820 ações preferenciais Classe B. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em qualquer emissão de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures conversíveis em ações, ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

c) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

De acordo com a legislação societária, a Companhia não constituiu reserva legal nos exercícios apresentados, visto que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital excederam 30% do capital social.

d) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 29, (ii), alínea d, do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dividendos ou recompra de ações.

e) Reserva de incentivo fiscal

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 106.323 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto na Lei no 12.973/2014.

Em 14 de dezembro de 2016, a Companhia renovou o benefício fiscal da Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia.

f) Reserva especial de ágio

A reserva de R\$ 221.188 foi constituída em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia por meio de incorporação, vide nota explicativa nº11.

g) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido. Vale ressaltar que anualmente como parte do processo de destinação do resultado do exercício, a Companhia absorve em prejuízos acumulados todo o impacto das avaliações atuariais registradas em outros resultados abrangentes.

	31.03.2022	31.03.2021
Ganho de instrumentos financeiros derivativos	(22.026)	(16.990)
Tributos diferidos sobre perda/ganho instrumentos financeiros derivativos	7.489	5.776
Total	(14.537)	(11.214)

28. Resultado por ação

Notas Explicativas


NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.03.2022	31.03.2021
Numerador (em R\$ mil)		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	68.619	53.661
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe A	40.332	31.540
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe B	2.191	1.713
	111.141	86.914
Denominador (em unidades de ações)		
Número de ações ordinárias	48.067.937	48.067.937
Número de ações preferenciais - Classe A	28.252.700	28.252.700
Número de ações preferenciais - Classe B	1.534.662	1.534.662
	77.855.299	77.855.299
Percentual por ação		
Ações ordinárias	61,7401%	61,7401%
Ações preferenciais - classe A	36,2887%	36,2887%
Ações preferenciais - classe B	1,9712%	1,9712%
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)		
Ação ordinária	1,4275	1,11638
Ação preferencial - Classe A	1,5132	1,18336
Ação preferencial - Classe B	1,5703	1,22802

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

Não há diferença significativa entre o lucro por ação básico e o cálculo de lucro por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos com realização no período.

A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

As ações preferenciais não têm direito a voto, nem são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital, tendo o direito a dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano para as ações de classe "A" e 10% para as ações de classe "B", calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social.

As ações preferenciais de classe "B" poderão ser convertidas em ações preferenciais de classe "A", a requerimento do interessado.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Receita líquida

	31.03.2022			Reapresentado		
	31.03.2021					
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	3.330.779	1.258.351	577.542	3.214.672	1.279.381	505.690
Industrial	5.898	125.070	218.537	6.086	128.927	176.800
Comercial	181.018	389.678	429.144	181.200	380.201	318.612
Rural	561.507	293.376	202.592	597.280	317.500	176.442
Poder público	31.111	151.323	153.876	35.832	122.421	96.383
Iluminação pública	11.605	161.236	105.930	11.430	162.315	71.289
Serviço público	8.630	78.278	71.887	4.554	67.686	49.572
Suprimento e revenda	2	2.931	268	2	2.835	199
Fornecimento faturado	4.130.550	2.460.243	1.759.776	4.051.056	2.461.266	1.394.987
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	370.490	-	-	291.055
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(10.915)	-	-	(8.277)
Receitas com partes relacionadas (vide nota 21)	-	-	-	-	-	22
Total receitas - originadas de contratos com clientes	4.130.550	2.460.243	2.119.351	4.051.056	2.461.266	1.677.787
Outras receitas						
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	381.860	-	-	102.427
Subvenção baixa renda	-	-	52.438	-	-	51.921
Subvenção de recursos da CDE	-	-	61.686	-	-	67.107
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	596	643.545	100.015	509	617.675	76.980
Receita de construção	-	-	404.184	-	-	207.804
Venda de Energia Excedente - MVE	-	-	14.850	-	-	14.703
Atualização do ativo financeiro da concessão (a)	-	-	83.119	-	-	63.851
Outras receitas	-	-	41.224	-	-	28.573
Total outras receitas	596	643.545	1.139.376	509	617.675	613.366
Receita operacional bruta	4.131.146	3.103.788	3.258.727	4.051.565	3.078.941	2.291.153
Deduções da receita operacional bruta						
ICMS	-	-	(548.009)	-	-	(426.008)
COFINS - corrente	-	-	(172.576)	-	-	(125.217)
PIS - corrente	-	-	(37.467)	-	-	(27.185)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(15.213)	-	-	(13.191)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(143.756)	-	-	(67.012)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(304.857)	-	-	(29.130)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(2.259)	-	-	(860)
ISS	-	-	(1.755)	-	-	(1.784)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(1.225.892)	-	-	(690.387)
Receita operacional líquida	4.131.146	3.103.788	2.032.835	4.051.565	3.078.941	1.600.766

(a) Conforme detalhado na nota explicativa nº 2.1.5, a Companhia revisou suas práticas contábeis e concluiu que a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão, poderia ser melhor classificada no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas a sua atividade fim.



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Receitas (custo/despesas) operacionais

	31.03.2022					Reapresentado						
	31.03.2021					31.03.2021						
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras	Total
Pessoal	(32.644)	-	(11.668)	-	-	(44.312)	(28.882)	-	(23.938)	-	-	(52.820)
Material	(12.541)	-	2.105	-	-	(10.436)	(51.685)	-	(72)	-	-	(51.757)
Serviços de terceiros	(130.135)	(1.903)	(18.938)	-	-	(150.976)	(75.416)	(42)	(7.124)	-	-	(82.582)
Energia elétrica comprada para revenda	(823.834)	-	-	-	-	(823.834)	(732.050)	-	-	-	-	(732.050)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(205.142)	-	-	-	-	(205.142)	(191.738)	-	-	-	-	(191.738)
Depreciação e amortização	(78.620)	-	(3.893)	-	-	(82.513)	(85.520)	-	(940)	-	-	(86.460)
Custo na desativação de bens	854	-	-	-	-	854	-	-	-	-	-	-
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(36.773)	-	(36.773)	-	-	-	9.934	-	9.934
Perda de recebíveis de clientes	-	-	-	(18.703)	-	(18.703)	-	-	-	(13.092)	-	(13.092)
Custo de construção	(404.184)	-	-	-	-	(404.184)	(207.804)	-	-	-	-	(207.804)
Provisão para processos judiciais e outros riscos	-	-	209	-	-	209	-	-	(817)	-	-	(817)
Outras despesas operacionais	(14.324)	-	(7.816)	-	(80)	(22.220)	(5.795)	-	(13.343)	-	(752)	(19.890)
Receita de multas por imp pontualidade de clientes	-	-	-	-	34.660	34.660	-	-	-	-	5.723	5.723
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	2.089	2.089	-	-	-	-	395	395
Subtotal	(1.700.570)	(1.903)	(40.001)	(55.476)	36.669	(1.761.281)	(1.378.890)	(42)	(46.234)	(3.158)	5.366	(1.422.958)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Resultado financeiro

	Reapresentado	
	31.03.2022	31.03.2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	4.911	1.194
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	1.241	23.551
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	39.162	3.091
Variação cambial	(2.123)	1.223
Variação cambial de dívida	191.541	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	129	175.500
Juros fundo de pensão	9	4
Outras receitas financeiras	6.396	1.627
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(2.296)	(1.553)
Subtotal	238.970	204.637
Despesas financeiras		
Variação monetária de dívidas	(6.453)	(9.239)
Variação monetária de debêntures	(20.357)	(19.574)
Variação cambial de dívidas	(125)	(92.240)
Variação cambial	(35)	-
Encargos de dívidas	(36.370)	(6.417)
Juros debêntures	(25.936)	(15.617)
Encargos fundo de pensão	(1.896)	(1.697)
Variação monetária de passivos financeiros setoriais	(31.599)	(6.183)
Atualização de provisão para processos judiciais e outros	(5.217)	(9.336)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	(189.207)	(84.833)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	-	(6.648)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(27.175)	(2.437)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	56	84
Atualizações de impostos	(944)	(1.311)
Atualização P&D/PEE	(903)	(1.098)
IOF/IOC	(5.297)	-
Apropriação custo de transação	(714)	(716)
Comissão de fiança e seguro garantia	(638)	(652)
Juros em arrendamento	(478)	(54)
Outras despesas financeiras	(4.376)	(1.335)
Subtotal	(357.664)	(259.303)
Total do resultado financeiro	(118.694)	(54.666)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Trimestre findo em 31 de março de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das provisões de imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	31.03.2022		31.03.2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(72.381)	(27.151)	(28.727)	(10.749)
Diferidos	32.832	12.921	(4.550)	(1.632)
Incentivo fiscal	12.060	-	9.432	-
Total	(27.489)	(14.230)	(23.845)	(12.381)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	152.861	152.861	123.142	123.142
Adições:				
Gratificação a administradores	5.427	5.427	4.272	4.272
Perdão de Dívida Indedutível	(201)	(201)	-	-
Outras despesas indedutíveis	24	24	115	115
Total das adições	5.250	5.250	4.387	4.387
Base de cálculo	158.111	158.111	127.529	127.529
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%		10%	
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(39.522)	(14.230)	(31.876)	(11.478)
Incentivos fiscais	12.060	-	9.432	-
Ajustes de períodos anteriores	(27)	-	(1.401)	(903)
Total da despesa com tributos	(27.489)	(14.230)	(23.845)	(12.381)
Alíquota efetiva	17,98%	9,31%	19,36%	10,05%

Conforme o artigo 228 do Regulamento do Imposto de Renda, a alíquota do IRPJ é de 15% (quinze por cento) sobre o lucro apurado, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$20/mês.

A seguir a composição dos tributos diferidos:

	Balancos Patrimoniais		Resultado		Outros resultados abangentes	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
Tributos diferidos ativos:						
Provisões para processos judiciais e outros riscos	79.424	82.061	(2.637)	13.280	-	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	190.378	171.516	18.862	87.750	-	-
Provisão perda de bens	1.805	1.805	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	59.540	59.541	(1)	-	(2)	(6.938)
Instrumentos financeiros derivativos - PL	61.021	3.262	50.270	-	7.446	2.541
Arrendamento - CPC 06 (R2)	432	369	63	(180)	-	-
Outras provisões	36.589	34.862	1.728	14.675	-	-
Total dos diferidos ativos	429.189	353.416	68.285	115.525	7.444	(4.397)
Tributos diferidos passivos:						
Correção Monetária Especial (CME) e Complementar (CMC)	(1.424)	(1.434)	10	46	-	-
Ativo indenizável (concessão)	(322.447)	(294.160)	(28.287)	(113.157)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - PL	-	(44)	44	27.663	43	(44)
Instrumentos financeiros derivativos - Resultado	-	(5.701)	5.701	(5.701)	-	-
Total dos diferidos passivos	(323.871)	(301.339)	(22.532)	(91.149)	43	(44)
Ativo fiscal diferido, líquido	105.318	52.077				
			45.753	24.376	7.487	(4.441)
Realização do benefício fiscal da incorporação			-	-	-	-
Total (despesa) receita com imposto de renda e contribuição social diferidos			45.753	24.376		

A Companhia estima que os saldos em 31 de março de 2022, referentes aos impostos diferidos ativos, serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com

Notas Explicativas


NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação aos exercícios anteriores.

33. Objetivos e políticas para a gestão de riscos financeiros
Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

33.1 Instrumentos financeiros
33.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Categoria	Nível	31.03.2022		31.12.2021		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa						
Títulos e valores mobiliários						
Cauções e depósitos						
Contas a receber de clientes e outros recebíveis						
Ativos financeiros setoriais						
Instrumentos financeiros derivativos						
Ativo indenizável (concessão)						
Total do ativo						
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional						
Debêntures em moeda nacional						
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira						
Instrumentos financeiros derivativos						
Arrendamentos						
Passivos financeiros setoriais						
Fornecedores						
Total do passivo						

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

As aplicações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com "*expertise*" necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Notas Explicativas


NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira, conforme demonstrados abaixo:

Contraparte	Contratos de swaps:	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	BRL	
					31.03.2022	31.12.2021
Scotiabank III		06/01/2021	06/01/2023	CDI + 0,80% aa	(42.625)	21.337
BNP II		01/04/2021	28/03/2024	CDI + 1,18% aa	(27.965)	(7.462)
BNP III		01/04/2021	28/03/2022	CDI + 0,55% aa	-	(6.059)
Scotiabank IV		16/07/2021	17/07/2023	CDI + 1,25% aa	(28.875)	5.466
Sumitomo		15/10/2021	15/10/2024	CDI + 1,12% aa	(62.100)	(5.982)
Citibank		15/10/2021	15/10/2024	CDI + 1,12% aa	(17.911)	-
Total					(179.476)	7.300

A movimentação é como segue:

	Derivativos
Saldos em 31 de dezembro de 2020	64.356
Efeito no resultado financeiro	88.230
Marcação a mercado no resultado	(6.648)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(14.866)
Recebimento de principal	(84.831)
Recebimento de Juros	(239)
Saldos em 31 de março de 2021	46.002
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7.300
Efeito no resultado financeiro	(216.253)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(22.026)
Recebimento de principal	22.816
Recebimento de Juros	28.687
Saldo em 31 de março de 2022	(179.476)

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (swap) em 31 de março de 2022 estão dispostos abaixo:

Derivativo	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abangentes	Valor de referência (Notional) BRL	Categoria
Fixo (USD) x DI 06.01.21 Scotiabank III	(42.625)	(38.511)	(4.114)	400.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 01.04.21 BNP II	(27.965)	(23.662)	(4.303)	135.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 01.04.21 BNP III	-	-	-	135.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 16.07.21 Scotiabank IV	(28.875)	(23.537)	(5.338)	210.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 15.10.21 Sumitomo	(62.100)	(51.207)	(10.893)	278.250	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 24.03.22 Citibank	(17.910)	(11.064)	(6.846)	-	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Total	(179.475)	(147.981)	(31.494)	1.158.250	

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A estimativa de valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de março de 2022.

33.1.2 Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1** - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2** - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3** - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

33.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controles Internos e Gestão de Risco (SCIGR) definido no nível da *Holding* (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas etc., que serão aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para isso, existe uma política específica de controle e gestão de riscos dentro da Empresa, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração, da Companhia observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco.

Cabe destacar que, a política de controle e gestão de riscos complementa outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de *commodities*, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), e política de mudanças climáticas.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros; estratégicos; governança e cultura; tecnologia digital, *compliance*, operacional, e 38 subcategorias de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar seus riscos.

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela área de Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de risco da Companhia considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as unidades de negócios e controles internos são a primeira linha de defesa, a área de gestão de riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três "linhas" desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a alta administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração (Diretores) por sua vez pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de gestão de riscos possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar, avaliar de forma a quantificar a probabilidade e o impacto, dentro da fase de avaliação de riscos, bem como o tratamento deles, através da definição de ações de mitigação com seus respectivos planos de ação em conjunto com as áreas e *Risk Owners* como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de gestão de riscos com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina também é responsável pela identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação.

b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

b1). Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro, não cumprir com suas obrigações contratuais. No caso de transações financeiras, essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

	31.03.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa	153.556	204.316
Títulos e valores mobiliários	82.487	80.648
Instrumentos financeiros derivativos	(179.475)	7.300
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	1.830.286	1.721.911
Ativos financeiros setoriais	710.656	518.671
Ativo indenizável (concessão)	4.087.035	3.912.580
	6.684.545	6.445.426

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber. O portfólio do Grupo demonstrou - até o momento - resiliência à crise global da pandemia. Tudo isso graças a um fortalecimento dos canais de cobrança digital e uma sólida diversificação de clientes comerciais que tiveram baixa exposição aos impactos do COVID-19.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

Em 31 de março de 2022, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos, com a seguinte classificação de risco, realizada pela Agência Standard & Poor's (escala nacional):

Instrumentos Financeiros Derivativos	31.03.2022	31.12.2021
AA-	(179.475)	7.300
Total geral	(179.475)	7.300

Equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31.03.2022	31.12.2021
AAA	139.712	257.086
AA+	92.447	14
Total geral	232.159	257.100

b2). Gerenciamento de Capital

A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo:

	31.03.2022	31.12.2021
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	2.771.967	2.267.715
Debentures (Nota 21)	1.294.671	1.453.953
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 33)	179.475	(7.300)
Dívida	4.246.113	3.714.368
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(204.316)	(204.316)
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	(80.648)	(80.648)
Dívida líquida (a)	3.961.149	3.429.404
Patrimônio líquido (b) (Nota 27)	3.486.805	3.387.355
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	53%	50%

O índice de endividamento em 31 de março de 2022 é de 53% (40% em 31 de dezembro de 2020), calculado pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

b3). Risco de liquidez

Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. A Companhia mantém linha de crédito bancária para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos que julgue adequados, através de contrato firmado, cujo montante em 31 de março de 2022 é de R\$ 80.000.

Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com seus controladores aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho Nº 2.979, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 800.000.

Notas Explicativas


NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 600.000, através do despacho N° 1.540 de 28 de maio de 2021, o qual passou a R\$ 1.400.000. Mais recentemente, esse limite foi ampliado em mais R\$ 500.000, por meio do despacho n° 3.754 de 21 de novembro de 2021, totalizando R\$ 1.900.000. dos quais em 31 de março de 2022, estavam disponíveis R\$ 635.441.

A Companhia também possui limite de mútuo com as mutuantes CDSA, Enel CIEN e CGTF, aprovado pela ANEEL, por meio do despacho N° 647/2021, no valor de até R\$ 250.000.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Saldo em 31 de março de 2022						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	3.490	1.243	383.510	566.505	-	954.748
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	3.844	8.553	45.558	490.042	53.178	601.175
Debêntures	91	18.441	435.369	1.011.681	270	1.465.852
Empréstimos e Financiamentos Partes Relacionada	419.804	358.727	78.196	635.563	-	1.492.290
Total	427.229	386.964	942.633	2.703.791	53.448	4.514.065

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos abaixo:

	Menos de um mês	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
Saldo em 31 de março de 2022				
Instrumentos financeiros derivativos – pagamentos / (recebimentos)	11.721	161.550	214.993	388.264
Total	11.721	161.550	214.993	388.264

b4). Riscos de mercado
b.4.1) Riscos de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de março de 2022, a Companhia possuía 99% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI, IPCA, Libor, TJLP e USD SOFR).

Em 31 de março de 2022, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores	31.03.2022	%	31.12.2021	%
Selic	615	0,26%	600	0,23%
CDI	231.544	99,74%	256.500	99,77%
Pré-Fixado	-	0,00%	-	0,00%
Total	232.159	100,00%	257.100	100,00%

Ativo Financeiro Indenizável	31.03.2022	%	31.12.2021	%
IPCA	4.087.035	100,00%	3.912.580	100,00%
Total	4.087.035	100,00%	3.912.580	100,00%

Notas Explicativas


NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Trimestre findo em 31 de março de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos	31.03.2022	%	31.12.2021	%
Taxa fixa	36.839	0,87%	36.099	0,97%
TJLP	666	0,02%	665	0,02%
CDI	3.003.722	70,74%	2.483.939	66,87%
IPCA	1.192.151	28,08%	1.187.282	31,96%
Libor	5.447	0,13%	6.383	0,17%
USD SOFR	7.288	0,17%	-	0,00%
Total	4.246.113	100,00%	3.714.368	100,00%

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 31 de março de 2022 estabelecida através das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Ativos (Passivos)	Risco	Base	Cenários projetados - Mar.2023		
		31.03.2022	Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	615	78	59	39
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	231.544	29.429	22.072	14.715
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Pré-fixado	-	-	-	-
Ativo indenizável	Redução do IPCA	4.087.035	170.711	128.033	85.356
Instrumentos financeiros derivados	Alta do CDI	(1.326.741)	(162.469)	(197.346)	(231.370)
Instrumentos financeiros derivados	Pré-fixado	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivados	Alta do Dólar	893.261	(34.854)	151.955	307.189
Instrumentos financeiros derivados	Alta da USD SOFR	254.005	(7.471)	50.376	98.599
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pré-fixado	(8.194)	(311)	(311)	(311)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do Dólar	(921.905)	35.528	(157.506)	(317.913)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da TJLP	(666)	(50)	(61)	(71)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	(1.676.981)	(121.163)	(147.417)	(173.030)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do IPCA	(1.192.152)	(151.541)	(174.664)	(197.379)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Libor	(5.447)	132	(1.115)	(2.155)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da USD SOFR	(261.293)	7.685	(51.821)	(101.428)
			<u>(234.296)</u>	<u>(377.746)</u>	<u>(517.759)</u>

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido na nota 20 e 21.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do *swap* da Companhia:

Notas Explicativas


NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
SCOTIABANK 4131 III - COELCE	(18.431)	50.926	69.357	108.561	126.992
SCOTIABANK 4131 SWAP III - COELCE PA	18.149	(50.146)	(68.295)	(106.897)	(125.046)
SCOTIABANK 4131 SWAP III - COELCE PP	42.888	52.292	9.404	61.467	18.579
BNP 4131 II - COELCE	(3.281)	21.778	25.059	42.602	45.883
BNP 4131 II - SWAP - COELCE PA	3.213	(21.329)	(24.542)	(41.724)	(44.937)
BNP 4131 II - SWAP - COELCE PP	17.871	21.676	3.805	25.389	7.518
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	(6.804)	36.130	42.934	71.807	78.611
SCOTIABANK 4131 SWAP IV - COELCE PA	6.653	(35.329)	(41.982)	(70.216)	(76.869)
SCOTIABANK 4131 SWAP IV - COELCE PP	28.264	34.250	5.986	40.090	11.826
Sumitomo 4131 - COELCE	(7.088)	46.795	53.883	91.571	98.659
Sumitomo 4131 - SWAP - COELCE PA	6.839	(45.150)	(51.989)	(88.352)	(95.191)
Sumitomo 4131 - SWAP - COELCE PP	38.054	46.194	8.140	54.135	16.081
CITIBANK 4131 - COELCE	(7.686)	51.822	59.508	101.428	109.114
CITIBANK 4131 SWAP - COELCE PA	7.471	(50.376)	(57.847)	(98.599)	(106.070)
CITIBANK 4131 SWAP - COELCE PP	35.391	42.933	7.542	50.290	14.899
Total	161.503	202.466	40.963	241.552	80.049

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo *swap* são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

b.4.2) Risco de câmbio

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para Companhia, como, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados ao dólar. De forma a evitar esse risco, em 31 de março de 2022, todas as dívidas mais relevantes na modalidade de 4131 indexadas ao dólar possuem contratos de swap (Dólar para Real/Spread para CDI). A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de março de 2022 (em reais).

	31.03.2022
Passivos em moeda estrangeira	
Empréstimos e financiamento	1.188.647
Exposição patrimonial	1.188.647
Ponta ativa - instrumentos financeiros	(1.189.988)
Exposição líquida	(1.341)

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b.4.3) Risco de preço Regulação

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa nº 791, de 14 de novembro de 2017), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

c) Outros riscos

c1). Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia

34. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$1.785.343 em 2022, R\$2.442.475 em 2023, R\$2.785.574 em 2024, R\$2.760.971 em 2025 e R\$48.049.907 após 2025.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no exercício findo em 31 de março de 2022 que foram homologados pela ANEEL.

35. Participação nos resultados

Nos períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021, a provisão de participação nos resultados é de R\$ 4.664 e R\$ 4.670, respectivamente.

36. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Trimestre findo em 31 de março de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Bens Segurados	Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
		De	Até		
Patrimonial (i)	Riscos operacionais	31/10/2021	31/10/2022	R\$ 1.075.105	R\$ 6.569.700
-	Responsabilidade civil geral	31/10/2021	31/10/2022	R\$ 0	R\$ 112.814
-	Responsabilidade civil de administradores	10/11/2021	10/11/2022	R\$ 0	R\$ 82.725
-	Riscos ambientais	31/10/2021	31/10/2022	N/A	R\$ 131.934
-	Riscos frota	30/07/2021	30/07/2022	N/A	R\$ 1.000

(i) Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

37. Informações complementares às demonstrações dos fluxos de caixa

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

	31.03.2022	31.03.2021
Compensações de PIS e COFINS (nota 18)	(75.431)	(61.469)

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato).

A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros de empréstimos e debentures alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	31.03.2022	31.03.2021
Pagamentos de juros apresentados nas atividades operacionais	(71.110)	(23.951)
Pagamentos de juros apresentados nas atividades de investimentos (juros capitalizados)	(56)	(84)
	(71.166)	(24.035)

Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

Efeito caixa			Nota explicativa	
Demonstrações do fluxo de caixa	31.03.2022	31.03.2021	Nº	Descrição
Atividades de financiamentos:				
Captação de empréstimos e financiamentos	955.843	900.000	20	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(263.123)	(455.889)	20	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de arrendamento (principal)	(3.198)	(457)	22	Obrigações por arrendamentos
Recebimentos de instrumento derivativo (principal)	(22.817)	84.831	33	Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro
Parcelamento especial	(2.264)	(385)	19	Obrigações fiscais
Pagamentos de dividendos	-	(40.000)		Conforme demonstrado no quadro a seguir
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	664.441	488.100		

A Companhia não pagou dividendos no período de 3 meses findo em 31 de março de 2022.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS Trimestre findo em 31 de março de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

38. Eventos subsequentes

Em 19 de abril de 2022, a ANEEL homologou o índice do reajuste tarifário anual da Enel Distribuição Ceará. A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia positivo de +13,43% composto por reajuste econômico de +12,88% e componente financeiro de +0,55%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +24,85%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário 2022	
Encargos Setoriais	4,02%
Custos de Transmissão	-1,04%
Custos de Aquisição de Energia	4,32%
Parcela A	7,30%
parcela B	5,58%
Reajuste Econômico	12,88%
CVA Total	8,28%
Bandeira Escassez Hídrica	-2,18%
Conta Escassez Hídrica	-1,95%
Remanescente escassez hídrica	-1,99%
Ressarcimento de Créditos de Pis/Cofins	-2,93%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	1,32%
Componentes Financeiros	0,55%
Reajuste Total	13,43%
Efeito da retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior	11,42%
Efeito Médio a ser percebido pelos Consumidores	24,85%

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário, tiveram os seguintes impactos:

(i) Parcela A: Reajustada em 11,55%, representando 7,30% no reposicionamento econômico com os seguintes componentes:

- Encargos setoriais - aumento de 36,95%, representando 4,02% no reajuste econômico em função, principalmente, do aumento do encargo com a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (USO);
- Energia comprada - aumento de 9,60%, decorre principalmente do aumento dos contratos de disponibilidade de energia nova. Percebe-se também uma significativa contribuição do custo decorrente do contrato bilateral. O aumento do custo da compra de energia representa 4,32% no reajuste econômico; e
- Encargos de Transmissão - os custos de transmissão tiveram uma variação de -14,25%, correspondendo a um efeito de -1,04% no reajuste econômico. Sobre esse item, destaque para a publicação das Resoluções Homologatórias nº 2.959 e 2.896, ambas de 2021, as quais aprovaram, respectivamente, as novas Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão e as novas Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST).

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 31 de março de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Parcela B: Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em 15,16%, representando uma participação de 5,58% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de 14,77%, no período de 12 meses findos em março de 2022; e
- Fator X de -0,39 %, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +1,17%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,48%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -1,09%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR
Ao Conselho de Administração e Acionistas da Companhia Energética do Ceará - COELCE
Fortaleza – CE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Energética do Ceará - COELCE ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2022

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Companhia Energética do Ceará (“Enel Distribuição Ceará” ou “Companhia”), inscrita no CNPJ/MF Nº 07.047.251/0001-70, com sede na Rua Padre Valdevino nº 150, Bairro Centro, Fortaleza - CE, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referente ao primeiro trimestre de 2022.

Fortaleza, 28 de abril de 2022.

Diretor Presidente - Márcia Sandra Roque Vieira Silva
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - Teobaldo José Cavalcante Leal
Diretor de Recursos Humanos e Organização - Alain Rosolino
Diretor de Relações Institucionais - José Nunes de Almeida Neto
Diretora de Comunicação - Janaina Savino Vilella Carro
Diretor de Regulação - Luiz Antonio Correa Gazulha Junior
Diretora Jurídica - Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle - Teobaldo José Cavalcante Leal
Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes - Charles de Capdeville
Diretor de Planejamento e Engenharia - Charles de Capdeville
Diretor de Engenharia e Construção - Fernando Andrade
Diretora de Mercado - Luiz Flávio Xavier de Sá

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da Companhia Energética do Ceará (“Enel Distribuição Ceará” ou “Companhia”), inscrita no CNPJ/MF Nº 07.047.251/0001-70, com sede na Rua Padre Valdevino nº 150, Bairro Centro, Fortaleza - CE, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referente ao primeiro trimestre de 2022.

Fortaleza, 28 de abril de 2022.

Diretor Presidente - Márcia Sandra Roque Vieira Silva
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - Teobaldo José Cavalcante Leal
Diretor de Recursos Humanos e Organização - Alain Rosolino
Diretor de Relações Institucionais - José Nunes de Almeida Neto
Diretora de Comunicação - Janaina Savino Vilella Carro
Diretor de Regulação - Luiz Antonio Correa Gazulha Junior
Diretora Jurídica - Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle - Teobaldo José Cavalcante Leal
Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes - Charles de Capdeville
Diretor de Planejamento e Engenharia - Charles de Capdeville
Diretor de Engenharia e Construção - Fernando Andrade
Diretora de Mercado - Luiz Flávio Xavier de Sá